

1 **33ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA**
2 **Rio de Janeiro/RJ - 30 de novembro de 2001, realizada na Escola Superior de**
3 **Guerra - ESG**
4
5

6 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**
7

8 Bom dia a todos - sejam bem-vindos e obrigado pela presença.

9 Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária do CONAMA em nome do
10 Excelentíssimo Senhor Ministro Sarney Filho que por motivo de força maior não
11 pode estar aqui hoje conosco presente.

12 ...Estamos alertando os senhores para a importância que terá a reunião no
13 próximo dia 12 de dezembro, onde teremos uma série de informações novas, e será
14 uma reunião de grande abrangência.

15 Item 2 de pauta não há pose de novos conselheiros. O próximo item de pauta,
16 que é o item terceiro, é a discussão e apresentação preliminar da Ata da 32ª Reunião
17 Ordinária realizada no dia 14 de novembro de 2001. Essa Ata, todos os senhores
18 dispõem deste documento, foi entregue anteriormente, não sei se alguém teria
19 alguma consideração de imediato a fazer, mas a intenção é que ela seja apenas
20 apresentada aos senhores e votada na próxima reunião. De qualquer forma, como é
21 praxe das reuniões do CONAMA, gostaria de abrir a palavra para os Conselheiros
22 que se desejarem fazer alguma observação preliminar da Ata da 32ª Reunião.
23 aguardo alguma manifestação dos membros do Plenário. Dr. Finotti tem a palavra
24 por favor.
25

26 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**
27

28 Em primeiro lugar bom dia a todos, meu caro José Pedro, senhores
29 conselheiros, senhores convidados. Diversas vezes já tive oportunidade de mostrar
30 minha admiração por Monteiro Lobato, que realmente tinha alguns problemas com
31 acentuação da língua portuguesa, não gostava dela, mas, ao mesmo tempo que tenho
32 admiração por ele, também tenho por Machado de Assis com sua linguagem escrita
33 correta. Tenho notado nos registros das Atas uma série de deficiências nas minhas
34 falas, por exemplo, conheço monções como sendo aqueles grandes desbravamentos
35 feitos no país e, também como sendo uma das formas do clima. Quando me refiro a
36 alguma coisa semelhante, falo moção e não monção como está escrito. Procuro
37 também nas minhas falas tentar acertar as concordâncias, e não tenho encontrado na
38 escrita. De forma que quero fazer essa ressalva para aqueles que forem ler as minhas
39 falas que os erros provavelmente não os fiz. Muito obrigado.
40

41 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**
42

43 Obrigado, Dr. Finotti, a palavra continua aberta. Não havendo mais nenhuma
44 observação queria colocar que como representante do Ministério do Meio Ambiente,
45 tive a honra de presidir inteiramente essa 32ª Reunião, realizada no dia 14 de outubro
46 e aparece lá o Coordenador da Mesa, não aparecia meu nome, de forma que hoje me
47 apresentei para evitar que na transcrição as pessoas que não me conhecem pelo tom
48 de voz possam se confundir. Solicito portanto essa correção. Continua aberta a
49 palavra, não havendo mais inscritos consideramos encerrado o item 03 da nossa

50 pauta e passamos para o item 04.

51 Quería dizer aos senhores que não estamos ainda em regime de votação, pois
52 não temos até o momento *quorum*, então vamos deixar para mais tarde esse item ou
53 eventualmente para a próxima reunião do CONAMA. Com isso chegamos à ordem
54 do dia que será a apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho criado pela
55 Resolução CONAMA Nº 265/2000, referente ao acidente ocorrido na Baía de
56 Guanabara e Petrobrás - Industria de Petróleo e Derivados. Antes de qualquer medida
57 gostaria de pedir a gentileza de que o Dr. Irani Varella, Diretor da PETROBRAS
58 estivesse aqui conosco à mesa. Por favor.

59

60 **Irani Varella – Superintendente de SMS da PETROBRAS**

61

62 Bom dia, o acidente da Baía de Guanabara, em janeiro de 2000, provocou
63 uma forte reflexão da liderança da empresa quanto ao necessário reposicionamento
64 quanto à segurança, meio ambiente e saúde, constituindo o divisor de águas de
65 políticas ambientais dentro da empresa. Sem dúvida representou o início de uma
66 grande transformação, naquele momento a empresa soube reconhecer que, por mais
67 que tivesse investindo no meio ambiente das diversas formas, era preciso investir
68 muito mais. Na pessoa do nosso Presidente Philippe Reischtul foi assumido um
69 compromisso, inclusive diante dos senhores do CONAMA.

70 Era preciso reformular a política de gestão de meio ambiente da Companhia,
71 revisar planos de contingência, intensificar instrumentos de prevenção, investir em
72 projetos nas unidades de negócios, de forma a alcançar os padrões de excelência na
73 gestão de segurança, meio ambiente e saúde. Foi criado um grupo de trabalho, o qual
74 coordenei àquela época, que chamamos de Programa de Excelência e Gestão
75 Ambiental e Segurança Operacional, geramos uma quantidade de projetos, uma
76 revisão na gestão, na contingência da empresa. A determinação que é alcançada na
77 área de segurança, meio ambiente e saúde, mesmo reconhecimento internacional já
78 atingido nas áreas de exploração e produção em águas profundas, gasolina de
79 fórmula 1, que hoje também é um grande destaque da empresa, isso levou a definição
80 de estratégias que permitem à empresa atuar mais efetivamente para respostas e
81 mitigação de ocorrências como as do Paraná.

82 Em todo esse processo fomos aprendendo e fortalecendo a cultura de
83 segurança e meio ambiente e saúde em toda a nossa força de trabalho.

84 A sociedade brasileira, considerada em todas as formas de representação, tem
85 contribuído de forma expressiva para o alcance de novos patamares de atuação em
86 busca de excelência. Temos tido no processo CONAMA 265, através de sua
87 Resolução, importante forma de aprendizado para a PETROBRAS e toda a sociedade
88 brasileira.

89 Em menos de um ano instalamos 9 Centros de Defesa Ambiental no país,
90 totalmente equipados e de prontidão 24 por dia, como costuma dizer nosso
91 Presidente, temos hoje 9 vezes o que tínhamos quando do acidente da Baía de
92 Guanabara, quando boa parte dos equipamentos de emergência tiveram que ser
93 importados, mais que isso, o Centro de Defesa Ambiental constitui o primeiro
94 complexo de segurança ambiental da América do Sul, capaz, inclusive, de atender
95 outras empresas como tem acontecido. Para informação dos senhores já atendemos
96 mais de 60 ocorrências em outras empresas e de órgãos governamentais, antecipamos
97 dessa forma uma provável demanda que surgirá com o aumento da atividade
98 petrolífera no país, do mesmo modo estamos operando na Baía de Guanabara a

99 primeira embarcação indicada ao combate de emergências no mar, essa embarcação
100 fica alerta 24 horas por dia. Ainda na Baía de Guanabara colocamos em operação um
101 inédito sistema de bóias com sensores para detectar vazamentos. Ambas as
102 iniciativas, ainda em fase de avaliação, estão demonstrando potencial de aplicação
103 em outras regiões de mesma complexidade.

104 Outro aspecto importante é que percebemos que o setor energético poderia se
105 beneficiar do enorme acervo tecnológico presente em todas as suas unidades, nas
106 unidades da cadeia de produção, nas unidades de refino, de transporte, de energia, no
107 centro de pesquisa e em todas as demais unidades. Foi assim que passamos a utilizar
108 tecnologias de exploração e produção, até aquele momento não utilizadas,
109 tecnologias utilizadas na exploração e produção de petróleo como solução para
110 avaliação das condições de segurança de tais oleodutos e implementamos o
111 monitoramento geológico tridimensional em encostas.

112 Especificamente no oleoduto de Paranaguá está sendo desenvolvido um
113 método que utiliza estações sismológicas para registrar, em tempo real, as
114 movimentações do solo. Esse sistema poderá ser estendido a outros oleodutos. Nessa
115 mesma linha, tecnologias de última geração estão sendo introduzidas nas áreas de
116 resíduos, emissões e efluentes. Dezoito meses depois, podemos dizer aos senhores
117 que a área de segurança, meio ambiente e saúde da PETROBRAS é uma das maiores
118 revoluções já experimentadas por uma empresa, uma revolução que não se mede
119 apenas por obras, ainda que sejam mais de 3 mil obras em todo o país. Quando
120 iniciamos o programa PEGASO tínhamos em torno de 1030 obras, hoje temos quase
121 3 mil que foram acrescentadas nesse processo, inclusive através da auditoria que foi feita
122 para cumprimento da Resolução CONAMA 265.

123 Também pela percepção da importância das questões culturais da segurança,
124 meio ambiente e saúde com nossa força de trabalho, o que certamente reflete em
125 ações e operações cada vez mais seguras, ações, corações e mentes responsáveis pela
126 preservação da vida, o planejamento estratégico da PETROBRAS inseriu as questões
127 de segurança, meio ambiente e saúde na sua estrutura de negócio, tanto no país como
128 no exterior, tendo como cenário a harmonização da rentabilidade com a
129 responsabilidade social, incorporando os conceitos de desenvolvimento sustentável
130 na análise dos projetos agora como empresas de energia.

131 A visão como empresa de energia está se tornando uma realidade com a
132 instalação de unidades piloto de energia eólica e também a instalação de um primeiro
133 posto combustível no país que tem uma bomba movida à energia solar, aqui no
134 Estado do Rio de Janeiro, através da BR Distribuidora, bem como outras iniciativas
135 ainda em fase de desenvolvimento tecnológico.

136 A meta para o ano que vem é investir, no mínimo, 0,5% do total dos
137 investimentos da empresa no desenvolvimento da área de energia renováveis, isso
138 equivale a mais de 50 milhões de reais anuais nessa área.

139 A Resolução CONAMA 265 serviu de instrumento de verificação das
140 medidas implementadas para aumentar o grau de segurança das nossas operações e
141 minimizar os riscos ambientais. Contamos nas auditorias com empresas
142 especializadas que nos auxiliaram na execução de planos de ação, que, no caso da
143 Baía de Guanabara, estão sendo acompanhados dentro do Termo de Compromisso
144 para Ajuste Ambiental. Ressaltamos a participação de Universidades, ONGs e
145 organizações governamentais, empresas especializadas no desenvolvimento de
146 projetos de monitoramento ambiental e identificação de áreas sensíveis.

147 Concluindo, podemos dizer que estamos passando por um processo de

148 aprendizado, sem dúvida percebemos que as divergências na evolução das questões
149 sócio-econômicas ambientais fazem parte da evolução da sociedade. Atingir o
150 conflito é realmente ou facilmente alcançado. O grande desafio da nossa sociedade é
151 gerar a convergência de propósitos e gerar soluções. Sem dúvida alguma, esse fórum
152 é extremamente importante para buscar essa convergência, para termos essa
153 harmonia nas questões sócio-econômicas ambientais.

154 A história da PETROBRAS pode ser contada como a de uma empresa
155 acostumada a superar desafios, com toda certeza não será diferente em relação ao
156 meio ambiente e com certeza os brasileiros terão mais um motivo para se orgulhar
157 dessa empresa. Muito obrigado.

158

159 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

160

161 Obrigado, Dr. Irani Varela, gostaria de pedir que o Dr. Maurício Andrés,
162 Secretário do CONAMA, pudesse fazer algumas observações introdutórias para
163 depois darmos a palavra ao Grupo de Trabalho.

164

165 **Maurício Andrés Ribeiro – Diretor do CONAMA**

166

167 Bom dia a todos, o tema hoje é basicamente a apresentação dos resultados do
168 grupo de trabalho criado pela Resolução CONAMA 265, que tratou da questão do
169 acidente da Baía de Guanabara e da Indústria de Petróleo e Derivados. A designação
170 do Coordenador desse grupo de trabalho pelo Ministro do Meio Ambiente que é o
171 Dr. Shelley Carneiro, e a apresentação dos integrantes do grupo de trabalho dos
172 vários artigos daquela Resolução, e as iniciativas que foram tomadas para cada uma
173 deles, em seguida está prevista uma apresentação pelo IBAMA, tanto em relação a
174 ações desenvolvidas pelo IBAMA como também com relação à aplicação dos
175 resultados da multa que foi cobrada naquele momento. Também está prevista a
176 apresentação do Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Qualidade
177 Ambiental nos Assentamentos Humanos, sobre ações desenvolvidas em relação ao
178 tema, tanto da Baía de Guanabara quanto da Indústria do Petróleo e Derivados. Ao
179 final uma apresentação pela PETROBRAS das ações desenvolvidas pela empresa e o
180 debate com os Conselheiros. Esta, então, seria a agenda para hoje e passo a palavra
181 ao Secretário.

182

183 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

184

185 Muito obrigado ao Dr. Maurício, antes de passar a palavra ao Dr. Shelley
186 Carneiro gostaria de manifestar aos senhores que recebemos uma informação de que
187 o Ministério da Indústria e Comércio Exterior não pode estar presente por uma série
188 de razões elencadas, mas nos honra com a presença do Dr. Albertino Costa e Filho
189 que está aqui representando o mesmo. Eles terminam a correspondência dizendo o
190 seguinte: *“Queremos também prestar o nosso reconhecimento do Dr. Shelley*
191 *Carneiro pela dedicação com que trabalhou e honrou todo o Grupo de Trabalho”*.

192 Então, pediria a gentileza que o Dr. Shelley estivesse entre nós para que, na
193 qualidade de Presidente desse grupo de trabalho, nos fizesse a sua apresentação.

194

195 **Shelley Carneiro – Coordenador do Grupo de Trabalho**

196

197 Meu caro Secretário, Dr. Maurício Andrés, componentes da mesa, é um
198 prazer voltar ao CONAMA, casa que tive oportunidade de participar por sete anos, e
199 hoje estou aqui revendo amigos e companheiros de tanto tempo, então é sempre uma
200 honra está aqui e apresentar um trabalho de grupo, fruto de um ano e meio de
201 dedicação. O grupo se uniu nessa idéia de conhecer melhor a indústria de petróleo no
202 Brasil, suportou algumas condições dos grandes problemas que estávamos passando
203 a partir do dia 18 de janeiro de 2000, época do acidente da Baía da Guanabara, um
204 marco que mudou a indústria de petróleo brasileira.

205 Gostaria de fazer uma apresentação dos nossos relatórios finais, são esses que
206 os senhores receberam, que é um sumário executivo, talvez foi um dos trabalhos
207 mais difíceis, não é fácil transformar uma tonelada de papéis em algumas páginas
208 que estão aqui sintetizadas, um trabalho de longas discussões, temas polêmicos, foi
209 discutido em quase todas as regiões do Brasil, através de um empenho muito grande
210 de todos os segmentos, todas as Secretarias, Secretarias de Meio Ambiente,
211 CONAMA, Ministério do Meio Ambiente, todos aqui representados. Então, é com
212 muita satisfação que, depois de um ano e meio, entrego um documento que teve
213 como base, principalmente, bastante democracia, pois ouviu quase toda a sociedade
214 em todos os locais e regiões do Brasil, mas também um documento que pautou,
215 principalmente, por ser um documento com vida. Os senhores verão que tivemos
216 muita preocupação que houvesse uma continuidade nesse documento, não seria
217 simplesmente um documento para que, daqui a dois ou três anos, não valesse nada.
218 Fizemos questão de dar vida a este documento.

219 Em segundo lugar, eu quero dizer que ele se pautou, principalmente, numa
220 política de ação, de resultados, não numa ação crítica ao fato, mas uma ação dos
221 órgãos envolvidos nesse projeto. Então, vimos que havia realmente vontade política
222 de se fazer alguma coisa com qualidade e com determinação, isso que pautou o grupo
223 de trabalho em seu caminho.

224 Gostaria de, antes de começar a leitura para os senhores das conclusões do
225 Grupo de Trabalho, de apresentar uma coisa que quero que seja vista com muito
226 carinho: o trabalho não é do Shelley, gostaria que fossem colocados os participantes
227 do grupo de trabalho, não estou enxergando a apresentação. Em primeiro lugar,
228 gostaria de ler o nome das pessoas que participaram desse trabalho e fazer um
229 agradecimento a todos, ao Dr. Jair Sarmiento, Dr. Maurício André, Dr. José Edil
230 Benedito, Dra. Eleonora Ribeiro, Dra. Fátima Ximenes, por seu acompanhamento em
231 todos os locais que fomos, em todos os momentos de dificuldades, então, expressei
232 meu agradecimento pessoal à Dra. Fátima por tornar viável esse produto, ao Dr.
233 Reinaldo Vasconcelos, Dr. Robson Calixto, Moema Pereira, Zilda, ao Ricardo Serpa,
234 de São Paulo, ao Durval Olivieri, Paulo Finotti, Maurício Lobo, José Augusto, Dr.
235 Célio França do Ministério de Minas Energia, Dr. André Castro do MICT, Cel.
236 Marco Antonio Sarkis do Ministério da Defesa, Dr. José Luiz Jaborandy, Rafael,
237 Carlos Valois. Gostaria de agradecer a ANP, através do Maurício Taam, que foi peça
238 fundamental nesse trabalho que fizemos. Agradeço ao Carlos Augusto Victal, Carla
239 Pereira, pois o IBP foi peça fundamental, se não tivesse dado toda logística de
240 contribuição e de participação não teríamos esse trabalho hoje. O Dr. Mário e Dr.
241 Ricardo que deram assessoria ao Grupo.

242 Gostaria de agradecer a todos que nos deram uma logística, as Secretarias de
243 Meio Ambiente dos Estados, os secretários e suas equipes que nos deram apoio,
244 gostaria de agradecer à PETROBRAS e toda a logística que colocou à disposição do
245 Grupo de Trabalho, sem ela não teríamos conseguido, longe do grupo, mas

246 paradoxalmente perto. Longe porque era o alvo e perto porque sem ela não
247 conseguiríamos as informações.

248 Esse trabalho foi muito na emoção no início, mas muito mais racional no
249 final, com muita discussão, então apresento aos senhores o trabalho do grupo que
250 vou ler e vou procurar transcrever, colocar depois em debate com os nossos membros
251 num debate final.

252 Como é um trabalho de grupo vou ler fazendo algumas observações ao longo
253 do relatório. Começaria com a apresentação do grupo, peço à Fátima que acompanhe
254 com o material para mim.

255 A Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nº 265,
256 de 27 de janeiro de 2000, no seu Art. 5º instituiu o grupo para acompanhar e avaliar o
257 impacto ambiental causado pelo derramamento de óleo na Baía de Guanabara, no dia
258 18 de janeiro de 2000, bem como para conhecer a política ambiental, os planos e
259 sanções de controle das atividades da indústria de petróleo e derivados relacionados a
260 prevenção de danos e riscos ambientais.

261 A Portaria Ministerial 120, de 16 de maio de 2000, do Ministério do Meio
262 Ambiente designou os membros e estabeleceu as competências do GT para o
263 cumprimento do disposto na referida Resolução. A partir de junho de 2000, o GT
264 iniciou suas ações com um cronograma de trabalho onde constou a realização de
265 debates, reuniões públicas e visitas ao Estado do Rio de Janeiro, Rio Grande do
266 Norte, Paraná, Minas Gerais e, também, através de alguns membros do Grupo,
267 Amazonas.

268 O presente relatório do Grupo, os objetivos mostrados e resultados
269 alcançados em cumprimento as determinações da Resolução CONAMA 265/00, as
270 dificuldades do desenvolvimento de suas atividades representaram as conclusões e
271 determinações do Grupo de Trabalho no que se relaciona às medidas de proteção do
272 meio ambiente nas atividades da indústria de petróleo no Brasil.

273 É importante observar que essa Resolução foi aprovada durante a 25ª Reunião
274 Extraordinária do CONAMA, o prazo de elaboração e discussão de uma resolução
275 requer, em condições normais, um período maior, deste modo se constatou que
276 existiam lacunas e indefinições para o completo entendimento e cumprimento do
277 objeto da Resolução.

278 Tivemos problemas, conforme vamos falar a frente, problemas na definição
279 sobre o nosso plano de abrangência. O que seria um plano de abrangência de uma
280 indústria de petróleo? Poderíamos concluir que até o material usado nas nossas casas
281 poderia estar incluso, então definir essa abrangência foi uma coisa que o grupo teve
282 muita preocupação.

283 Por outro lado, conforme esperado após o acidente da Baía de Guanabara, foi
284 sancionada, em 28 de abril de 2000, a Lei 9.966, essa lei dispõe sobre controle e
285 fiscalização da produção por óleo e substância perigosas em águas territoriais, tem
286 um conjunto de ações a serem implementadas por operadores de navios, portos
287 organizados, instalações portuárias, plataformas, inclui a realização de auditorias
288 ambientais, estabelecimento de planos de emergência. A consolidação dos mesmos
289 pelos órgãos federais de meio ambiente, em plano nacional de contingência.
290 Determina padrão de comportamento rígido em relação de escalas promovidas por
291 navios, tratamento e disposição adequada por parte dos portos e terminais.

292 Outros desdobramentos deram os termos de ajuste de conduta, envolvendo a
293 indústria de petróleo, órgãos ambientais e Ministério Público, quase sempre
294 resultados de auditorias ambientais expressos por plano de ação por atividades de

295 monitoramento ambiental. Além disso, para o setor de comercialização de derivados
296 foi aprovada a Resolução CONAMA 273, de 29 de novembro de 2000,
297 estabelecendo e disciplinando processos de licenciamento de postos de revenda,
298 abastecimento, apoio, atividades, transportadoras e revendedores. Todos esses itens
299 foram incluindo uma série de atividades ao Grupo de Trabalho de acompanhamento
300 dessas atividades, e isso nos trouxe uma série de atividades que não estavam
301 previstas nos nossos cronogramas iniciais, uma série de debates, principalmente no
302 que se refere a Lei 9.966, que saiu pouco tempo depois da Resolução 265/00. A
303 indústria de petróleo apresenta planos de metas que misturam políticas de
304 substituição de equipamentos, implantação de rotinas de testes de manutenção.

305 As auditorias ambientais, como instrumento de gestão, elaboraram uma série
306 de planos de ações para as empresas, tudo isso com constante debate e atualização
307 sobre os documentos apresentados.

308 Gostaria de dizer que nesse item “Estratégias do Grupo de Trabalho”
309 apresentou um escopo de abrangência que foi definido pelo grupo, esse escopo
310 abrangeu os seguintes itens: terminais marinhos, fluviais, lacustres de petróleo e
311 derivados, carga e descarga em armazenagem, plataforma, refinarias, armazenagem,
312 unidades de processamento, dutos, oleodutos e gasodutos, terminais terrestres de
313 armazenagem com capacidade inferior ou igual a 1000 metros cúbicos, e campos de
314 produção.

315 Então, esse foi o escopo de abrangência do Grupo de Trabalho para que
316 houvesse uma atuação do grupo em cima desses elementos. Gostaria de dizer sobre
317 alguns assuntos importantes que vou entrar no próximo item, mas gostaria de citar
318 apenas como exemplo dos nossos trabalhos, para melhor entendimento, o grupo de
319 trabalho elaborou a estratégia de realizar reuniões públicas em algumas localidades
320 em contato direto com o segmento da sociedade nas regiões indicadas. Foram
321 levantadas informações sobre os conflitos e contribuições existentes entre as
322 empresas e a comunidade local, buscando sempre práticas compartilhadas para
323 solução de eventuais problemas em relação ao cumprimento da Resolução
324 CONAMA 265/00. As reuniões contavam com efetiva participação do IBAMA,
325 órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, do Ministério Público Federal e
326 Estadual, das Universidades, Sindicatos, ONGs e das empresas de petróleo,
327 particularmente a PETROBRAS, possibilitando uma avaliação da complexidade dos
328 problemas ambientais em cada localidade e das percepções regionais para o
329 atendimento dos artigos da Resolução nº 265/00. Visando cumprir o seu objetivo,
330 considerando que a Resolução não determinou um escopo de abrangência o GT
331 decidiu trabalhar com a indústria de petróleo e derivados, especificamente, com
332 refinarias, dutos, terminais e as bases de distribuição com capacidade inferior a 1000
333 metros cúbicos.

334 O Grupo de Trabalho procurou potencializar as demonstrações de vontades
335 políticas para adoção de modelos de gestão por parte dessa empresa, no sentido de
336 integrar as suas possibilidades ambientais na estratégia cooperativa, com mudanças
337 que resultem maior garantia de prevenção de acidentes.

338 Foi avaliado o aprimoramento dos processos de planejamento e operação de
339 atividades, identificando-se os modelos de parceria multisetorial comprometidos com
340 a eficiência.

341 Auditorias ambientais, processo de licenciamento e outros instrumentos
342 técnicos ou jurídicos foram avaliados como integrantes dos novos conceitos de
343 gestão. A documentação, as avaliações e as estatísticas coletadas e analisadas ao

344 longo do trabalho integram o processo, e estão a disposição dos Conselheiros da
345 Secretaria Executiva do CONAMA. Todo esse material está na Secretaria Executiva
346 à disposição dos membros do CONAMA, é um material bastante rico, têm coisas
347 bastante interessantes, está à disposição para consulta. Gostaria de dizer da
348 importância da estratégia das visitas que foram feitas, tivemos um exemplo muito
349 interessante, no Rio Grande do Sul. O PAM - Plano de Auxílio Mútuo teve no dia da
350 nossa reunião alguns contratemplos e alguns problemas, foi apresentada uma empresa
351 de petróleo da região e no momento as ONGs não concordaram, disseram que a
352 empresa não participou de nenhuma das reuniões do PAM, então tivemos informação
353 que até outra sala tinha sido arrumada pelo PAM porque passou a ser impossível
354 absorver toda a comunidade, tal interesse da população de participar do PAM da
355 região. Isso mostra que, ao longo do tempo, o mais importante é que esse grupo de
356 trabalho foi deixando o que ele induziu e as modificações que a sociedade, que esses
357 instrumentos de trabalho da Resolução CONAMA deixou para trás, quer dizer,
358 muitas coisas ainda estão acontecendo e nasceram dessas atividades. Foram
359 catalizadas uma série de problemas que existiam nessas sociedades, muitos dos
360 assuntos eram resolvidos no momento da reunião, muita ação partiu no momento das
361 reuniões que tinham participação média de 70 a 80 pessoas. Vou falar um pouco
362 sobre a reunião lá na frente, então não vou me ater muito, por favor o próximo.

363 Gostaria de dizer que a Resolução 265 tem 5 artigos básicos, vamos ver os
364 cinco, procuramos trabalhar com subgrupos de trabalho dentro dos grupo, vou fazer
365 um resumo do que foi trabalhado. Todos esses artigos tem um documento muito
366 maior, alguns estão sendo entregues aos senhores, principalmente o Art. 2º e o Art.
367 5º, nossas visitas e as fichas que estão nos documentos que os senhores receberam
368 hoje cedo.

369 Gostaria de me ater um pouco em cada um deles para que os senhores possam
370 ter idéia do que ocorreu, dos principais problemas que tivemos nesses artigos. São
371 cinco artigos e um artigo especial que criamos nas visitas técnicas.

372 *Art. 1º. Determinar ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos*
373 *Naturais e Renováveis - IBAMA, aos órgãos estaduais de meio ambiente com*
374 *acompanhamento dos órgãos municipais de meio ambiente e entidades não*
375 *governamentais a avaliação num prazo de 240 dias sobre a supervisão do Ministério*
376 *do Meio Ambiente, das ações de controle e prevenção e do processo de*
377 *licenciamento ambiental das instalações industriais de petróleo e derivados*
378 *localizadas no território nacional.*

379 Esse artigo primeiro foi desdobrado em dois segmentos, um que tratava da
380 avaliação das ações de controle e prevenção de processo de licenciamento ambiental
381 e outro que tratou do acompanhamento dessas avaliações feitas pelos municípios e
382 pelas ONGs. Ainda que passível de dúvidas e interpretações diversas, por exemplo,
383 quanto a forma de participação dos municípios e das ONGs, e mesmo quanto ao
384 aspecto quantitativo e qualitativo dos licenciamentos, possibilitou um amplo
385 processo de discussão e aprendizado. Tornou possível a atualização das obrigações
386 quanto ao licenciamento ambiental das atividades petrolíferas, o que não vinha tendo
387 a relevância devida. De uma forma geral, o grupo de trabalho constatou que a
388 maioria das empresas da indústria de petróleo e derivados não possui procedimento
389 definitivo de prevenção e controle de poluição e acidente, bem como a grande parte
390 dos órgãos ambientais não dispõe de procedimentos claros para o licenciamento
391 ambiental. O grupo de trabalho considera oportuna a valorização dos sistemas de
392 licenciamento ambiental e fiscalização e o aperfeiçoamento da legislação, incluindo

393 instrumentos mais eficientes e eficazes com alta responsabilidade indicada e
394 definindo a competência entre os órgãos de meio ambiente da esfera federal, estadual
395 e municipal, para que se torne efetivo o estabelecido pelo Art. 1º, o GT recomenda o
396 fortalecimento institucional dos agentes públicos competentes para licenciamento,
397 avaliação e fiscalização ambiental. Criação de um grupo de trabalho objetivando a
398 revisão, isso será discutido com mais detalhes nas propostas do grupo, é o último
399 item do nosso relatório.

400 Gostaria de passar para o próximo e fazer algumas observações.

401 *“Art. 2º A PETROBRAS e demais empresas com atividades na área de*
402 *petróleo e derivados deverá apresentar para análise e deliberação do CONAMA,*
403 *num prazo máximo de 180 dias, programa de trabalho, respectivo cronograma para*
404 *realização de auditorias ambientais indepentes em suas instalações industriais de*
405 *petróleo e derivados localizados no território nacional”.*

406 O grupo de trabalho identificou a necessidade de se estabelecer critério de
407 abrangência para os segmentos industriais não contemplados na Lei Federal 9.966, de
408 28 de abril de 2000. O Art. 9º dessa Lei diz que as entidades exploradas de portos
409 organizados e instalações portuárias e os proprietários operadores de plataformas e
410 suas instalações de apoio deverão realizar auditorias ambientais bienais com o
411 objetivo de avaliar o sistema de gestão e de controle ambiental nas suas unidades.
412 Nesse caso, já existe um documento legal dentro do Art. 9º e existe uma Lei Estadual
413 do Rio Janeiro que orienta auditorias ambientais. Agora o Pararná já tem, foi
414 aprovada há 2 meses.

415 Ao mesmo tempo, iniciou-se a discussão sobre auditorias ambientais a serem
416 utilizadas por seus empreendedores nos estados nos quais essa matéria ainda não
417 tenha sido regulamentado como força de lei. Essa observação somada ao fato do
418 CONAMA não ser um órgão executivo.

419 *“Art. 3º Na área de petróleo e derivado é melhor apresentar para a análise e*
420 *deliberação do CONAMA, no prazo de 120 dias programas de trabalho e respectivo*
421 *cronograma”*

422 Essa observação somada ao fato do CONAMA não ser um órgão executivo
423 levou o GT a considerar que a análise e a deliberação sobre os cronogramas de
424 auditoria, bem como os seus respectivos resultados seriam de competência do órgão
425 ambiental responsável pelo licenciamento do empreendimento a ser auditado. A
426 constatação de que o CONAMA não seria responsável por deliberar sobre essa
427 matéria na verdade constituia um entrave ao efetivo cumprimento desse artigo,
428 suscitando ao grupo de trabalho questionamento sobre que base jurídica estaria
429 calcada a determinação da realização de auditorias compulsórias por parte das
430 empresas. A ausência de uma base ficou evidente a partir do momento que, dentro
431 do universo de mais de 300 companhias, somente 17 encaminharam os seus
432 respectivos cronogramas. Gostaria de dizer que é difícil para uma empresa saber o
433 que queremos, como vai ser essa auditoria, qual o cronograma, o que ela vai
434 apresentar, nada foi dado, apenas foi dito para a empresa que ela deveria fazer. Então
435 receberam um documento imenso, o cronograma tem que ter, dentro de um prazo
436 acessível, até documentos de uma folha apenas com prazo até 2007, exatamente
437 porque não existiam critérios, não foram dados para essas empresas critérios
438 adequados, isso por causa, principalmente, fora do Rio de Janeiro que já tem uma
439 legislação própria sobre auditoria ambiental e fora do Art. 9º que é muito específico
440 para algumas áreas da indústria petrolífera que são regidas pela 9.966, então todo o
441 resto do Brasil não fez uma declaração específica por conta dessa dificuldade.

442 Para finalizar, o grupo considera necessária a formação de uma política para
443 auditoria ambiental que venha beneficiar todos aqueles que dela se utilize,
444 principalmente em caráter voluntário na busca de uma melhoria continua dos
445 aspectos de controle e prevenção de acidentes.

446 O auto controle aqui sugerido traria uma segunda vantagem no sentido que os
447 órgãos ambientais tem estrutura para análise de uma quantidade infinita de relatórios
448 de auditoria, poderiam utilizar essas ferramentas como instrumento de apoio do
449 processo de licenciamento sem no entanto substituir sua competência de órgão
450 fiscalizador.

451 Gostaria de ler alguns itens para especificar o Art. 2º que os senhores também
452 têm registrado, foi entregue aos senhores. Quanto ao critério adotado pela emissão das
453 unidades auditadas aliado ao fato do Art. 2º da Resolução 265 - CONAMA
454 determinar auditoria em todas instalações da PETROBRAS do Rio de Janeiro. O GT
455 apesar de aceitar o relatório de auditoria de exploração e produção da Bacia de
456 Campos, entregue em 08 de agosto de 2000, considerou necessário que a empresa
457 apresente um relatório de auditoria complementar com as plataformas ainda não
458 auditadas da área de exploração e produção da Bacia de Campos. Em carta enviada
459 ao Presidente do Grupo de Trabalho a PETROBRAS se comprometeu até dezembro
460 de 2001 realizar auditoria ambiental nas plataformas de exploração e produção da
461 bacia de campos, ainda não auditadas. Como critério para seleção das unidades
462 auditadas que não foram apresentadas o GT considerou necessário que a
463 PETROBRAS encaminhe ao Secretário Executivo do CONAMA documento
464 contendo detalhamento dos critérios utilizados nas auditorias, gostaria de dizer que a
465 PETROBRAS nos encaminhou esse documento que foi distribuído aos membros que
466 estavam presentes em reunião do GT, que é o *Europa Indication Association Criteriy*
467 adotado pela PETROBRAS nesse trabalho. Houve uma grande polêmica sobre isso,
468 gostaria de deixar bem claro que todas as áreas de exploração deveriam ser auditadas,
469 no entanto a Petrobrás escolheu algumas específicas para fazer, uma delas
470 representava uma série de outras que tinham a mesma atividade, então houve uma
471 grande discussão, no final foi aceito pelo grupo, mas foi negociado com a
472 PETROBRAS que ela deveria entregar todas, sendo que a mesma se comprometeu
473 até dezembro desse ano entregar todo o material. Eles vão apresentar, vou deixar
474 para a PETROBRAS colocar isso na sua apresentação, uma coisa discutida pelo
475 Grupo, só disse que está aqui, trouxe a carta encaminhada na data certa pela
476 Petrobrás fazendo todas as observações sobre plataformas e a parte de produção da
477 PETROBRAS.

478 Quanto as empresas de auditoria e equipes de auditores ambientais
479 encontrados, o grupo de trabalho ressalta que a realização de auditorias ambientais
480 no setor de petróleo e derivados é uma atividade relativamente nova, a causa do
481 derramamento de óleo na Baía de Guanabara em 18 de janeiro de 2000, criou-se um
482 novo cenário, no qual o excesso de demanda pela realização de auditorias ambientais
483 tornou-se um desafio constante para o setor responsável por essas atividades, nesse
484 processo foi evidente a incipiência do segmento de auditoria atender as exigências
485 do ponto de vista qualitativo da equipe de auditoria, necessitava de profissionais com
486 ampla experiência na área ambiental e na área de petróleo e derivados, esse fato
487 poderá ser revertido a partir do surgimento de uma nova cultura empresarial que
488 considere as necessidades da sedimentação dos sistemas de gestão ambiental e de
489 auditorias ambientais na indústria de petróleo, desse modo os órgãos ambientais
490 devem estar ambientados para o serviço de transição que necessariamente se dará,

491 esse aspecto, toda mudança traz essas modificações, número de profissionais para se
492 fazer auditoria, à época não tínhamos, com o tempo as coisas serão um pouco mais
493 fáceis. Então, a preparação desse quadro de profissionais virá, como está
494 melhorando, mas houve alguns trabalhos que apresentaram apenas alguns aspectos.
495 Gostaria de dizer que a PETROBRAS procurou as melhores empresas internacionais
496 de auditorias para que pudesse atender a resolução.

497 O documento elaborado - Relatório sobre as Auditorias Ambientais,
498 conclusões do Grupo de Trabalho. Quanto a conformidade de publicação da norma
499 adotada, apesar de ter visto, no item 7.5.0.256- R2, as auditorias realizadas não são
500 suficientes para avaliar as condições de manipulação, estocagem e transporte de
501 matéria prima e produtos potencialmente poluidores. Quando a adequação dos planos
502 de ação feitos em não conformidade.

503 A PETROBRAS deverá apresentar aos órgãos ambientais responsáveis pelo
504 licenciamento e fiscalização das respectivas instalações das áreas auditadas a
505 respectiva comprovação do cumprimento dos cronogramas de ações estabelecidos
506 nos planos de ações, isso é muito importante, o acompanhamento dos planos de
507 ações das auditorias, que têm cronogramas aprovados e assinados pelas três mesas,
508 por todos atores que participaram desse processo.

509 *Art. 3º A PETROBRAS e as demais empresas com atividade na área de*
510 *petróleo e derivados deverão apresentar para análise do CONAMA, no prazo*
511 *máximo de 180 dias, programas de trabalho e respectivo cronograma das auditorias*
512 *ambientais independentes em suas instalações industriais de petróleo localizados no*
513 *território nacional”*

514 O grupo de trabalho identificou a necessidade de se estabelecer critérios de
515 abrangência para os segmentos industriais não contemplados pela lei 9.966, de 28 de
516 abril de 2000, pelo fato de no caso dos derivados de petróleo se referir a uma grande
517 quantidade de empreendimentos que poderiam ser enquadrados pela Resolução. Ao
518 mesmo tempo iniciou-se a discussão das diretrizes técnicas sobre auditoria ambiental
519 a serem utilizadas pelos empreendedores naqueles estados nos quais essa matéria
520 ainda não tenha sido regularizadas por meio de lei. Essa observação somada ao fato
521 do CONAMA não ser um órgão executivo levou o GT a considerar que a análise e a
522 deliberação sobre os cronogramas, bem como os seus respectivos resultados seriam
523 de competência do órgão ambiental responsável pelo licenciamento do
524 empreendimento a ser auditado.

525 A constatação de que o CONAMA não seria responsável por deliberar sobre
526 essa matéria na verdade constitui um entrave para o efetivo cumprimento desse
527 artigo, suscitando no GT o questionamento sobre que base jurídica estaria calcada a
528 determinação de realização de auditorias compulsórias por parte da empresa. A
529 ausência de base legal foi evidente a partir do momento que de dentro do universo de
530 mais de 300 companhias somente 17 encaminharam os seus respectivos
531 cronogramas.

532 Para finalizar o grupo considerou necessária a formulação de uma política
533 para auditoria ambiental que venha beneficiar todos aqueles que fizeram suas
534 auditorias, principalmente em caráter voluntário na busca de uma melhoria contínua
535 no aspecto de prevenção e controle de acidentes.

536 Gostaria de dizer que a falta de critérios de abrangência no segmento
537 industrial no Art. 3º e as diferentes técnicas de auditoria utilizadas em estados onde
538 não existem regras foi uma dificuldade tremenda.

539 Gostaria de dizer que o grupo tentou criar uma portaria através da Câmara de

540 Controle Ambiental e levamos para a mesma com intuito de criar uma resolução.
541 Regulamentar, criar diretrizes para auditoria na industria do petróleo em nível de
542 Brasil. Essa resolução já está em discussão na Câmara de Assuntos Jurídicos, já foi
543 aprovada na Câmara de Controle Ambiental e deverá entrar na próxima pauta do
544 CONAMA e isso irá ajudar muito.

545 À parte do CONAMA não ser um órgão executivo, como está aqui na
546 Resolução, ela leva o CONAMA. A colocação disso para que os órgãos de controle
547 do meio ambiente dos estados sejam realmente os responsáveis pelo licenciamento,
548 mas até definir e modificar uma legislação as coisas já passaram por longas
549 discussões. A necessidade de uma política para auditoria ambiental é fundamental
550 dentro do aspecto petróleo. Gostaria de dizer que tudo que estamos falando dentro de
551 auditoria ambiental é referência a industria de petróleo.

552 “Art. 4º *Determinar as autoridades competentes que seja elaborado, no*
553 *prazo de 12 meses, um plano de contingência nacional e os planos de emergência*
554 *regionais, estaduais e locais causados pela industria de petróleo e derivados”*

555 Vamos ter uma palestra do Ministério do Meio Ambiente que irá falar sobre
556 isso, então vou me ater a dizer apenas o que está escrito aqui, então esse documento
557 vamos entrar mais na apresentação que o Ministério irá fazer, pois ele foi regido pela
558 9.966, sei que tem uma resolução que deve entrar no CONAMA nas próximas
559 reuniões.

560 Posteriormente, todas as palestras serão complementares a esse documento,
561 nos colocamos a disposição para elucidar qualquer problemas ou dúvida que os
562 senhores tiverem.

563 Como já mencionado na introdução desse relatório a Lei Federal 9.966,
564 estabeleceu exigências relativas aos planos de emergências estadual e nacional de
565 contingência. A tarefa foi coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente que
566 instituiu o grupo de trabalho, como resultado desse trabalho foi elaborada uma
567 proposta de resolução estabelecendo diretrizes para os planos de emergência
568 individual na indústria de petróleo, que já se encontra em fase de aprovação pelo
569 Plenário do CONAMA.

570 Em relação ao Plano Nacional de Contingência já foi finalizada uma proposta
571 preliminar com a arquitetura institucional assim estabelecidas as atribuições e as
572 responsabilidades decorrentes. Essas propostas serão discutidas e aprofundadas com
573 todas as instituições que compõem a estrutura sugerida para o Plano Nacional de
574 Contingência.

575 “Art. 5º. *Criar ao lado da Câmara Técnica do CONAMA, grupo de trabalho*
576 *de acompanhamento e avaliação do impacto ambiental causado pelo derramamento*
577 *de óleo ocorrido em 18 de janeiro de 2000 na Baía de Guanabara e das atividades*
578 *previstas nos artigos anteriores”*

579 Em cumprimento ao disposto no Art. 5º o Grupo de Trabalho entre as suas
580 inúmeras atribuições acompanhou e avaliou todas as atividades polemizadas para
581 mitigação de acidentes, para o estudo de fatores que causaram o rompimento do duto
582 e para o levantamento de todos os impactos causados pelo derramamento de óleo na
583 Baía de Guanabara. Para possibilitar o referido acompanhamento e avaliação o GT
584 realizou um visita local como também compareceu a todas as audiências públicas
585 realizadas no Ministério Público Federal.

586 No transcorrer dos trabalhos ficou evidente a dificuldade encontrada pelos
587 técnicos na avaliação da extensão do impacto ambiental e na real valoração dos
588 danos causados pelo derramamento, pela inexistência de um banco de dados

589 atualizados e integrado envolvendo a caracterização, diagnósticos e monitoramento
590 dos ecossistemas da Baía de Guanabara.

591 Com objetivo de avaliar os impactos ambientais, sociais e econômicos
592 causados à Baía de Guanabara foi celebrado, em 09 de junho de 2000, um convênio
593 entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do SECTMA com a
594 Petrobrás, com interveniência da ONG Viva Rio e com a participação da
595 Comunidade Técnica e Científica do Estado.

596 O GT acompanhou, até o dia 10 de agosto de 2001, a implantação do
597 programa de excelência em gestão ambiental e segurança operacional adotado pela
598 PETROBRAS, que já alcançou alguns resultados, incluindo a melhoria das
599 condições operacionais da REDUC. Fomos lá no início e voltamos há poucos meses
600 atrás, todo o grupo verificou a mudança que houve na REDUC.

601 As melhorias operacionais da REDUC foram claras para nós, o
602 acompanhamento pela PETROBRAS e as dificuldades enfrentadas pelo grupo, isso
603 que li e já estamos mostrando.

604 O presente relatório das visitas da audiências públicas realizadas pelo GT
605 como considerações gerais constará os principais aspectos que envolvem o acidente
606 da Baía de Guanabara. O derramamento de óleo de 1300 metros cúbicos poderia ser
607 reduzido pela metade na segunda medição dos volumes transferidos, realizados as 3
608 horas do dia 18 de janeiro de 2000, como foi identificado uma diferença de 650
609 metros cúbicos se as bombas da REDUC fossem desligadas que só ocorreu as 5
610 horas.

611 Atuações funcionais: os órgãos envolvidos tomaram na ocasião as
612 providências cabíveis, incluindo as multas aplicadas pelo IBAMA e pela Agência
613 Nacional de Petróleo. Na ocasião Plano de Ação Emergencial mostrou-se deficiente
614 para atender as proporções de vazamentos, como também a quantidade de material
615 não foi suficiente para minimizar os impactos do derramamento. Como consequência
616 do derramamento o Governo do Estado do Rio de Janeiro por intermédio da FEEMA
617 e da CETESB, acionou os convênios com a PETROBRAS com os objetivos de
618 avaliar os diferentes impactos causados na Baía de Guanabara, assim como o de
619 diagnosticar as eventuais condições da REDUC.

620 A PETROBRAS também assinou com as Prefeituras do Rio Janeiro, São
621 Gonzalo, Majé, Duque de Caxias, Guatemirim, compromissos voltados a melhoria da
622 qualidade sócio-ambiental-econômica das populações integrantes daqueles
623 municípios.

624 O MPU firmou um compromisso de ajustamento de conduta com a Petrobrás,
625 e solicitou a CETESB a elaboração de um laudo técnico para o levantamento dos
626 danos ambientais causados a Baía de Guanabara. De acordo com esse laudo a
627 quantificação dos impactos ocorridos no ecossistema e a avaliação dos danos só
628 poderiam ser realizados considerando-se a realização antes e depois do acidente, o
629 que não ocorreu por falta de dados pretéritos.

630 Logo após o acidente ocionou-se o Plano de Ação Emergencial e o Programa
631 de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional - PEGASO, que
632 encontra-se em execução cumprindo o que foi determinado pela Resolução 265/00 e
633 o compromisso firmado pelo MPU. Cumpre registrar o passivo ambiental da
634 empresa, haja visto que a maioria das instalações da REDUC não está licenciada e
635 havia inadequação de gerenciamento do serviço, somando-se a falta de consciência,
636 na época, de preservação do meio ambiente nos diferentes escalões dos seus
637 funcionários. O Termo de Compromisso de Ajuste Ambiental tem por finalidade

638 regularizar por completo o licenciamento de todas as unidades do sistema REDUC.

639 O convênio assinado pela SEMADS e pela PETROBRAS com interveniência
640 da ONG Viva Rio possibilitará o meio para os projetos avaliarem as reais condições
641 dos ecossistemas e da situação sócio-econômica das comunidades do entorno da Baía
642 de Guanabara.

643 O derramamento de óleo causou danos consideráveis aos ecossistemas da
644 Baía de Guanabara, particularmente aos manguesais, todavia os impactos ambientais
645 só não alcançaram maiores proporções por se tratar de uma região que vem sofrendo
646 há vários décadas um processo paulatino de degradação ambiental. O acidente de 18
647 de janeiro de 2000 na Baía de Guanabara possibilitou o início de um processo de
648 mudança nas empresas ligadas as atividades de petróleo quanto a necessidade de
649 preservação do meio ambiente. Contribuiu também para que o Governo Estadual,
650 Municipal e os órgãos responsáveis pela qualidade de vida da população
651 verificassem a premente necessidade da revitalização e da recuperação da Baía de
652 Guanabara.

653 Por fim, como sugestão, o GT recomenda ao CONAMA a criação de um
654 instrumento adequado para implantação das recomendações contidas nesse relatório.

655 Reuniões Públicas e Visitas de Campo. Essas, sem dúvida, foram as
656 atividades mais efetivas do grupo de trabalho, fortalecendo, inclusive, o seu caráter
657 institucional de representante do CONAMA nas regiões visitadas. O objetivo inicial
658 foi promover o nivelamento do conhecimento do GT com relação às diversas
659 atividades da indústria de petróleo, derivados e refinaria na unidade de
660 processamento de gás natural Duque de Caxias. A iniciativa estratégica de promover
661 essas reuniões públicas criou condições para que a interlocução do GT com as
662 ONGs, sindicatos, municípios, das comunidades com as empresas de petróleo fosse a
663 mais direta possível, ouvindo respostas sobre os questionamentos importantes
664 quanto ao potencial de risco de determinadas instalações industriais do órgão
665 ambiental responsável pelo empreendimento a ser auditado.

666 Um dos pontos relevantes desse processo ocorreu na cidade de Madre de
667 Deus em agosto de 2000, quando o GT constatou a grave situação de risco que vivia
668 parte da população desse município que devida a uma ocupação desordenada passou
669 a conviver dentro da mesma faixa de servidão da PETROBRAS, por onde passam 80
670 malhas de dutos, esse fato desencadeou uma série de ações tomadas pela
671 PETROBRAS em conjunto com o Governo na busca por uma solução do problema.

672 A oportunidade que as empresas de petróleo tiveram de mostrar sua evolução
673 no trato das questões ambientais permitiu ao GT constatar que falta um longo
674 caminho a ser percorrido na mudança estrutural das instituições públicas e privadas
675 integrando meio ambiente, segurança operacional e política empresarial como dever
676 de todos.

677 Gostaria de dizer que esse caso de Madre de Deus, nós visitamos e a
678 PETROBRAS tinha uma série de tubulações e houve uma invasão de terreno, a
679 situação era muito grave. Isso preocupou o grupo, foi feita uma reunião em Salvador,
680 foi muito dura, foram feitos vários pedidos para que se resolvesse rapidamente.
681 Tivemos a satisfação de voltar a Madre de Deus e uma das coisas que me deixou
682 muito satisfeito foi ver o trabalho realizado lá. Vale a pena voltar em Madre de Deus
683 para verificar o trabalho que foi feito com a população que estava ali, lógico que isso
684 não é fácil, você tem envolvimento do estado, município, da população, remanejar
685 uma população de determinada área é muito mais complexo que eu pensava.

686

687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

Por questão de determinação da mesa, aviso que lhe restam 10 minutos.

Shelley Carneiro – Coordenador do Grupo de Trabalho

Infelizmente. Falar sobre um trabalho de um ano e seis meses é muito difícil resumir em 1 hora, mas vou tentar terminar. A parte mais importante vem agora, Conclusões e Recomendações do GT ao CONAMA e as empresas:

I - Quanto às auditorias ambientais:

1. A PETROBRAS deverá apresentar aos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento e fiscalização as respectivas instalações industriais visitadas a comprovação do cumprimento dos cronogramas estabelecidos nos respectivos planos de ação resultantes das auditorias ambientais realizadas no Estado do Rio de Janeiro.

2. Para o cumprimento do disposto no Art. 3º dos segmentos industriais não abrangidos pela Lei Federal 9.966, de 28 de abril de 2000, deverão encaminhar seus programas e respectivos cronogramas para realização de auditorias ambientais aos órgãos licenciadores competentes.

3. O CONAMA deverá elaborar uma recomendação para o estabelecimento de uma proposta de política nacional de auditoria ambiental.

4. O CONAMA deverá definir diretrizes para realização de auditorias ambientais voluntárias para os estados onde não haja uma legislação específica regulamentando a matéria.

II. Quanto a Infra-Estrutura, Capacitação e Integração entre os componentes SISNAMA.

A execução da política ambiental no âmbito governamental é prejudicada pela pouca integração das ações entre os órgãos federais, estaduais e municipais. De uma forma geral, o reduzido quadro de pessoal e sua insuficiência de capacitação e a falta de materiais e de equipamentos dificulta aos órgãos de meio ambiente exercício pleno de sua competência. O órgão federal da Bahia fiscalizava a PETROBRAS em várias áreas de plataforma e tinha apenas um barco que fiscalizava a parte de pesca predatória de peixes na região, e mal tinha verba para colocar gasolina no barco. Então, há uma falta de instrumentos financeiros para que se cumpra o papel de fiscalização.

III. Quanto aos planos de Emergência Individual

É necessário que as empresas promovam uma melhor articulação com as comunidades nas áreas de influência de seus empreendimentos em relação aos riscos que essas populações estiverem submetidas. O plano de emergência das instalações da Petrobrás em Cubatão não contemplava o cenário de acidentes envolvendo o rompimento de duto localizado na Serra do Mar. Esse foi um trabalho muito discutido, não existia naquela época uma proteção dos dutos para uma região que está em constante movimento como a Serra do Mar, qualquer vazamento naquela região causaria um grande dano ao meio ambiente daquela região, então essa foi uma preocupação do grupo, não somente na Serra do Mar, mas também no Paraná. Isso foi uma constatação na época que fomos na região, muitas coisas estão sendo feitas depois que o grupo de trabalho discutiu isso nas regiões.

Gostaria de chamar atenção para São Sebastião pelo trabalho do Município, um trabalho integrado, a comunidade está tremendamente integrada com a PETROBRAS e que a Resolução sobre o licenciamento está bem desenvolvida.

736 Quanto aos planos de emergência individuais enviados é necessário que as
737 empresas promovam melhor articulação com as comunidades na área de influência
738 de seus empreendimentos com relação aos riscos que essas populações assumem.

739 Em algumas regiões visitadas existem Planos de Auxílio Mútuo - PAM, por
740 iniciativa das empresas, das municipalidades, das ONG's com intenção de somar
741 esforços para o combate a emergência.

742 Incluir como plano de emergência e contingência das empresas o cenário de
743 rompimento de dutos localizados em Serras e encostas, bem como a adoção de
744 medidas preventivas e mitigadoras.

745 V - Quanto à invasão de faixa de domínio dos empreendimentos

746 A ocupação desordenada por meio dos municípios resultou na invasão das
747 faixas de domínio dos empreendimentos configurando situações de risco elevado, a
748 exemplo da concentração em Madre de Deus, na Bahia.

749 Recomendamos a criação de um grupo de trabalho interinstitucional
750 composto pelo Ministério de Minas Energia, Ministério do Meio Ambiente, ANP,
751 Instituto Nacional de Petróleo e Gás com o objetivo de produzir um relatório
752 contendo a identificação das áreas de alto risco resultantes de invasão de faixas de
753 domínio e uma ordem de prioridade em função do risco a que as comunidades
754 estiverem submetidas. Esse relatório deverá ser encaminhado CONAMA para
755 conhecimento do Plenário, e posterior deliberação de ações na sua área de
756 competência.

757 VI - Quanto ao licenciamento

758 Durante as reuniões públicas ficou evidente a falta de agilidade nos processos
759 de licenciamento. O IBAMA e os OEMAs elaborarão semestralmente uma síntese da
760 situação dos processos de licenciamento das indústrias de petróleo, seus derivados e
761 gás natural sobre sua responsabilidade deverá ser consolidado e apresentado pelo
762 Ministério do Meio Ambiente nas reuniões plenárias do CONAMA.

763 Para o acompanhamento dos processos de licenciamentos de
764 empreendimentos da indústria de petróleo, seus derivados, e gás natural será dada
765 publicidade de acordo com o disposto na legislação, além disso, caberá ao IBAMA e
766 aos órgãos estaduais licenciadores fornecer, quando solicitados, as informações
767 adicionais consideradas necessárias pelos municípios e pelas representações das
768 organizações não governamentais do CONAMA. Esse é um assunto que discutimos
769 muito, pois são milhares de ONGs, se cada uma bater na indústria e quiser ver como
770 está o licenciamento, então, por regra, tentamos pautar nas representações do
771 CONAMA e elas terão que participar e terão que ser avisadas por alguém, então esse
772 foi um trabalho discutido com os representantes de várias ONGs.

773 VII - Quanto às modificações na gestão ambiental da PETROBRAS

774 Houve uma mudança na postura da PETROBRAS com relação ao trato das
775 questões ambientais, resultando na melhoria do seu relacionamento com os órgãos
776 ambientais e com a sociedade. A área ambiental da PETROBRAS passou a ser uma
777 função corporativa, porém a falta de integração de alguns setores da empresa não
778 permite uma real situação de responsabilidade compartilhada. Houve uma melhora
779 na infra-estrutura da PETROBRAS para combater os acidentes de poluição no
780 momento. A PETROBRAS deverá apresentar ao Plenário do CONAMA os
781 resultados em termos de ganho de segurança operacional e de proteção ao meio
782 ambiente decorrente do seu Programa de Excelência em Gestão Ambiental e
783 Segurança Operacional.

784 Nós que acompanhamos um ano e meio esse trabalho, o Grupo não tem

785 dúvida das melhorias existentes hoje, não somente na PETROBRAS como em
786 algumas indústrias, mas, principalmente, na PETROBRAS, as melhorias são claras,
787 evidentes, estão aí para todos verem, isso é uma coisa que ficou bem detectada,
788 houve vontade política de mudança, não é fácil mudar, não existe uma varinha de
789 condão, existem problemas estruturais, problemas estratégicos, problemas bastante
790 complexos, mas o esforço é tremendo e os resultados estão para todos verem.

791 VIII - Quanto ao registro de incidentes de poluição de óleo

792 Falta integração dos diversos bancos de dados com registros de acidentes e
793 monitoramento ambiental das áreas atingidas, recomenda-se ao IBAMA realizar essa
794 integração consolidando os registros entre bancos de dados de acidentes de poluição
795 de óleo. O IBAMA irá falar com os senhores, mas esse trabalho já está em
796 andamento e é um trabalho muito interessante que o IBAMA está fazendo.

797 IX - Quanto ao Grupo de Trabalho da Resolução 265/00

798 Ficam encerradas as atividades realizadas pelo GT instituído pela Portaria do
799 Ministério do Meio Ambiente. Gostaria, então, de encerrar colocando todo o grupo
800 de trabalho que está aqui comigo a disposição dos senhores para os debates finais.
801 Dizer que foi um prazer coordenar esse trabalho pela qualidade das pessoas que
802 estiveram conosco, foi um trabalho muito interessante, muito rico, meus sinceros
803 agradecimentos a todas as Secretarias de Meio Ambiente, principalmente Rio e
804 Paraná, que tiveram dois grandes acidentes enquanto estávamos em plena atividade.
805 Tive a satisfação de conversar com todos os secretários, levar o documento a eles,
806 discutir o documento para apresentação, pois esses documentos fazem parte da
807 Secretaria de Meio Ambiente também. Tive a oportunidade de discutir com o
808 IBAMA também. Que essas críticas sejam construtivas e não pejorativas, que o
809 CONAMA consiga dar a sociedade brasileira, como já vem dando, realmente
810 preocupado com o meio ambiente nacional. Muito obrigado pela oportunidade.

811

812 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

813

814 Muito obrigado, nós é que agradecemos. Solicito uma salva de palmas para a
815 Dra. Tânia e não apenas pela sua liderança, que sem dúvida é um dos nossos
816 expoentes de colaboração, também porque por muito tempo colaborou conosco e
817 continua colaborando em vários setores. Queria estender esse agradecimento a todos
818 os membros do grupo de trabalho e queria anunciar aqui a presença do Coronel
819 Sarkis aqui presente que é um dos nossos grandes contribuidores.

820 Gostaria de solicitar que o Subsecretário de Meio Ambiente do Estado do Rio
821 de Janeiro, nosso companheiro, Dr. Axel Grael fizesse parte da mesa, é fundamental
822 que pudéssemos ouvir a posição do Estado do Rio de Janeiro, de forma que gostaria
823 que o mesmo não apenas fizesse parte da mesa, mas que pudesse expor a posição do
824 Rio de Janeiro com relação a essa questão. Pro favor.

825

826 **Axel Grael – Representante do Estado do Rio de Janeiro**

827

828 Muito obrigado, Dr. Andrés, senhores conselheiros, convidados para essa
829 nossa reunião. Agradecer a toda a equipe da Petrobrás aqui presente também. Queria
830 inicialmente saudar a realização dessa reunião do CONAMA aqui no Rio de Janeiro,
831 parabenizando também o relatório, o trabalho realizado pelo GT, acompanhei o
832 esforço desse grupo, são pessoas que durante um longo tempo dedicaram muitas
833 horas em função desse trabalho, o produto está sendo apresentado aqui e representa

834 bem a qualidade desse esforço.

835 Complementando um pouco o que foi colocado aqui pelo Shelley na sua
836 apresentação gostaria de dizer que o Governo do Estado do Rio de Janeiro manteve
837 suas ações durante a ocorrência do acidente da REDUC, localizamos vários grupos
838 emergenciais para acompanhar todo o trabalho de recuperação do óleo, enfim,
839 limpeza da Baía de Guanabara naquele momento, várias outras ações ocorreram em
840 decorrência daquele acidente, foi realizada uma auditoria ambiental na REDUC,
841 vinha sendo objeto de uma certa disputa antes do acidente, quer dizer, a
842 PETROBRAS tinha apresentado o relatório de auditoria, e posteriormente foi
843 apresentado um relatório pela REDUC mais completo, mais adequado, e ainda assim
844 não tornava possível que se caminhasse para o Termo de Compromisso de
845 Ajustamento Ambiental que se pretendia. Nesse sentido, procuramos o que havia de
846 mais preparado das nossas universidades do Rio de Janeiro, convocamos
847 especialistas, quase 100 especialistas das universidades, que realizaram um amplo
848 estudo de auditoria, não se limitando apenas as instalações das refinarias, foi o início
849 de uma avaliação da Baía de Guanabara, esse relatório foi disponibilizado para o
850 Grupo de Trabalho.

851 A partir dessas informações coletadas foi posteriormente assinado o Termo
852 de Compromisso de Ajuste Ambiental e está sendo cumprido, já recebemos o
853 primeiro relatório com o esboço do cumprimento das medidas determinadas para
854 aquele período, não estão cumpridas 100% daquelas atividades, mas o próprio termo
855 prevê a possibilidade de que algumas atividades fossem passadas para o período
856 seguinte, desde que fossem justificadas, e que esse atraso não representasse, ou seja,
857 o que não foi cumprido naquele período precisaria ser cumprido no período seguinte.
858 A FEEMA e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente consideram o Termo
859 plenamente cumprido.

860 Foi feito um contrato com vários pesquisadores para um estudo de longo
861 prazo para avaliação de danos ambientais, foram criados 3 grupos de trabalho para
862 monitoramento, esse relatório já foi apresentado. Um estudo de manguezais está
863 sendo preparado, um outro grupo de monitoramento está sendo preparado, hoje foi
864 incumbido de pesquisar junto a comunidade, enfim, a sociedade como um todo, uma
865 avaliação da percepção do dano ambiental, não só os danos que possam ser avaliados
866 pelos técnicos, mas qual é a percepção da população nesses danos ambientais,
867 inclusive, para preparar os seminários para apresentar as conclusões e as avaliações
868 desse mesmo público. Outro grupo de mapeamento e valoração de danos tem um
869 prazo mais extenso, pois essas informações precisam ser apresentadas.

870 Foi criado um Conselho Gestor na Baía de Guanabara que integra os
871 principais atores sociais, esse grupo está preparando, está discutindo um modelo de
872 gestão para Baía de Guanabara, para avançar esse grupo fez um contrato com uma
873 instituição que está fazendo estudos, levantamentos do plano de gestão ambiental e
874 também para detalhar e aperfeiçoar o plano de contingência da Baía de Guanabara
875 para que possa ter medidas preventivas no caso de acidentes, nesse tipo de caso que
876 estejamos bem mais preparados para atender as demandas de contingência, esse
877 estudo está bastante avançado e faz parte do escopo desse estudo, até mesmo o
878 problema dos navios abandonados na Baía de Guanabara está sendo avaliado quanto
879 ao risco e quanto ao procedimento mais correto apresentado para cada um deles.
880 Também, logo após o acidente, foi preparada pela FEEMA uma minuta, um projeto
881 de lei para ser encaminhado para a Câmara Legislativa, uma Lei de Sanções
882 Ambientais que regulamentou e estabeleceu valores de multas proporcionais ao que

883 estava na Lei de Crimes Ambientais, na sua regulamentação, uma vez que a Lei
884 afirmou que preferia valores muito inferiores àquela que veio a partir da Lei de
885 Crimes Ambientais.

886 A multa que foi aplicada à PETROBRAS, houve um desentendimento pelo
887 próprio Ministério do Meio Ambiente, houve a apresentação por parte do Governo
888 do Estado de vários projetos para que fosse custeado com esses recursos, foram
889 previstas a reforma do serviço de controle de poluição acidental, ampliação de seus
890 equipamentos, de sua capacidade operacional e também o fortalecimento da área de
891 defesa civil do Estado para melhor prestar o serviço em situações como essa.

892 Foi também prevista a aquisição de equipamentos para combate a incêndios
893 florestais, gostaria de aproveitar essa oportunidade para fazer um apelo ao Dr. José
894 Pedro que nos ajude, pois estamos boicotados, pois foi assinado um convênio com o
895 Ministério do Meio Ambiente, a intenção desse convênio seria a compra de um avião
896 com a multa, e nós estamos com dificuldades de obter o repasse dos recursos, a
897 informação que tivemos do Ministério do Meio Ambiente é que para fazer esse
898 repasse é preciso encaminhar um pedido de crédito suplementar ao Congresso, o
899 escritório do Governo do Rio de Janeiro em Brasília localizou, trata-se do Projeto de
900 Lei 66, a informação que temos é que segunda-feira estaria entrando no plenário da
901 Câmara para aprovação e é fundamental, pois temos até o dia 09 para honrar o
902 compromisso com a empresa vencedora da qualificação, do contrário perderemos a
903 oportunidade de ter esse avião, o que seria uma grande perda. Portanto, havendo esse
904 convênio, esse compromisso com o Ministério, no que for necessário ao Ministro
905 Sarney e ao Dr. José Carlos Carvalho. Enfim, são esses comentários que queria fazer
906 e agradeço a oportunidade.

907

908 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

909

910 Nós que agradecemos esse importante pronunciamento do Estado do Rio de
911 Janeiro. Vamos fazer uma pequena parada para o café e peço aos senhores que não se
912 demorem, pois temos uma pauta considerável para cumprir em nosso exíguo horário.
913 Muito obrigado.

914 Quero cumprimentar o grupo de Secretários de Meio Ambiente das 16
915 cidades que integram a Bacia da Bahia da Guanabara. É importante que tenhamos
916 esse acompanhamento, e queria deixar registrada a importante informação, para nós,
917 de que esta é a primeira reunião que o CONAMA realiza no Rio de Janeiro. E um
918 privilégio muito grande estarmos aqui na cidade do Rio de Janeiro realizando essa
919 reunião do CONAMA, é um procedimento que temos tentado fazer de forma a
920 distinguir o CONAMA e o Rio de Janeiro, estamos muito agradecidos e queria
921 lembrar também já que exaltei a presença do Coronel Sarkis, não poderia deixar de
922 registrar a presença do Almirante Ibsen, Câmara que também fica eleito como nosso
923 co-anfitrião. Então, gostaria de chamar os representantes do IBAMA que farão a
924 apresentação, temos o Donizete. Por favor.

925

926 **Donizetti do Carmo – Representante do IBAMA**

927

928 Bom dia a todos, queria cumprimentar os componentes da mesa, os
929 conselheiros, secretários de estado e gostaria de começar nossa apresentação
930 colocando que, em função do que irá ser dito, o IBAMA deve se penitenciar por não
931 ter dado um apoio maior ao próprio GT, mas em função do que estava previsto na

932 Resolução 265 fizemos nosso dever de casa muito ágil, e que para nossa felicidade
933 está casando muito bem com as recomendações que foram colocadas pelo Dr.
934 Shelley.

935 O que queremos fazer aqui é um paralelo de como estava o licenciamento,
936 como ocorreu o acidente em janeiro de 2000, quais as ações desencadeadas desse
937 processo e também ações motivadas pela crise do setor energético, pela nova
938 estruturação do IBAMA, para quem não conhece antigamente o IBAMA tinha a
939 Diretoria de Controle de Fiscalização onde as atividades do departamento de
940 fiscalização e do departamento de qualidade ambiental e de registro de licenciamento
941 estavam dentro da mesma diretoria, com uma demanda muito grande e a prioridade
942 sempre caía em cima da ação de fiscalização, porque sempre foi a atividade de
943 resposta mais rápida para a sociedade. Então, com a nova reestruturação do IBAMA,
944 a estrutura saiu em junho, então, se deu ao licenciamento e a qualidade ambiental o
945 mesmo grau de prioridade que se dava às atividades de fiscalização, e isso foi
946 materializado com uma questão orçamentária, com a possibilidade de se contratar e
947 com a possibilidade de se melhorar muito com a nova estrutura.

948 O nosso quadro anterior era esse, um quadro de muitos processos, a maior
949 parte deles, cerca de 200 com o setor de ... (não entendido), com equipe técnica
950 precisando de capacitação, os processos não estavam informatizados, as informações
951 não sistematizadas, ausência de padronização mínima da própria integração dos
952 procedimentos de licenciamento nas diversas instâncias, a história da integração com
953 as OEMAs e prefeituras. Isso ocasionava demora de resposta à sociedade, muitas
954 vezes ocasionadas por qualidade de estudo não muito adequada e demorava para
955 complementação, com isso todos acabavam perdendo. Tinha a dificuldade de
956 interação com os diversos atores.

957 Hoje temos um quadro de 675 empreendimentos sem licenciamento, 268 da
958 área de petróleo, 168 de energia, 137 de transportes e 104 de outros, aí vai desde a
959 exploração de algas calcárias e etc.

960 Aqui queria fazer um breve comentário, em função dessas ações que já estão
961 em andamento no IBAMA temos hoje um quadro muito confortável com referência
962 ao setor energético, pela parte que nossa obrigação institucional é estar com isso
963 totalmente limpo.

964 Ações de desenvolvimento, estruturação do CELAF - Centro de
965 Licenciamento Ambiental Federal, criado por Portaria e, estamos tendo a
966 oportunidade de implementá-lo através de um apoio muito grande que nos está sendo
967 dado pela Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, um
968 acordo com o BID. Hoje estamos tendo a possibilidade de materializar ações e
969 modificações estruturais que eram necessárias e em função dessa própria crise do
970 setor energético que está propiciando que possamos conseguir fazer essas coisas e
971 crescer com a crise. O Centro de Licenciamento traz como grande conceito a
972 transformação do processo de licenciamento e perde a ótica de meramente
973 autorizativo para passar a ser instrumento de gestão ambiental, não nos interessa
974 pedir informações para dar a licença, importa as informações para fazer gestão
975 ambiental. O Centro por sua diferenciação de autonomia administrativa e financeira
976 propicia esse tipo de coisa. Estão sendo criadas células setoriais para tratar de cada
977 problema de maneira diferenciada, considerando o seu grau de priorização.

978 A estruturação dos núcleos de licenciamento ambiental, também uma forma
979 que já está sendo implantada no Rio de Janeiro, está sendo melhorada agora no setor
980 de fibras humanas para se ter um acompanhamento maior das condicionantes do

981 processo de licenciamento já no primeiro exercício de gestão ambiental, um exemplo
982 clássico disso, há duas semanas atrás um empreendimento para linha de transmissão,
983 a ação do grupo de gerência executiva no licenciamento em cima de um
984 departamento. Obviamente o manual de procedimentos para o licenciamento
985 ambiental está também previsto nesse acordo com o BID, então todos os manuais,
986 não somente do setor de petróleo, mas de todos os setores estão sendo concretizados
987 e a sistematização de forma contínua de estudos ambientais.

988 Isso é o que chamamos de Sistema de Licenciamento Ambiental, como o Dr.
989 Shelley colocou ficamos numa posição muito confortável, pois estamos com esse
990 sistema praticamente pronto para entrar em implantação a partir de maio e não será
991 apenas para o setor de petróleo, ele será disponibilizado pela Internet, você acessa o
992 número de processo e verifica se tem espaço de licenciamento, qual o tipo de
993 pendência, se tem envolvimento com o Ministério Público, se foi deferido, se está em
994 licença de operação, obviamente com um grau restrito de informações. Para as
995 autoridades teremos outro grau.

996 Aqui temos a estrutura desse Centro, os núcleos de licenciamento ambiental
997 terão uma subordinação técnica direta ao Centro, a chefia desse Centro será pelo
998 Chefe da Coordenação de Licenciamento do IBAMA e com suas gerências setoriais,
999 isso melhora o dialogo como cada setor, podemos receber e tratar as demandas de
1000 forma mais adequada.

1001 Aqui, um exemplo do que já está sendo feito em termos de integração, em
1002 termos da busca da parceria, hoje a realidade é uma só: as estruturas institucionais
1003 estão extremamente fragilizadas e existe a necessidade de se trabalhar cada vez mais
1004 em parceria com os OEMAs e com todos os atores envolvidos no processo de
1005 licenciamento. Ali já colocamos uma relação que está um pouco apagada e que foi
1006 reativada agora com a própria MP. Com a ANEEL foi desenvolvido um convênio
1007 onde o IBAMA tem alguns produtos para fornecer, tipo áreas em potencial, para que
1008 um empreendimento seja colocado em licitação lá na fase de licenciamento, depois
1009 do empreendedor gastar muito dinheiro e o órgão licenciador perder muito tempo
1010 com isso você descobre que ele é inviável do ponto de vista ambiental, um dos
1011 produtos que vamos dar nesse convênio é a busca da viabilidade ambiental para esses
1012 processos.

1013 Só tenho três minutos, mas é importante apresentar essa, será que poderíamos
1014 passar um pouco do tempo?

1015

1016 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1017

1018 A Presidência não irá permitir, pois temos outra palestra, mas o senhor tem
1019 mais três minutos e meio.

1020

1021 **Donizetti do Carmo – Representante do IBAMA**

1022

1023 A próxima, por favor. Esse é um quadro importante que demonstra a
1024 necessidade que estamos buscando, estamos chamando de busca de compromisso,
1025 não adianta se cobrar resultados das agências ambientais se todos os atores
1026 interessados não tiverem o compromisso de construir a solução e hoje temos que
1027 90% do seu quadro são oriundos de projetos via PNUD, há apenas poucos metros dos
1028 quadros urbanos, isso é um alerta a busca de um concurso público e que tem que ser
1029 buscada essa parceria cada vez maior.

1030 Aqui estamos buscando tirar nesses workshops a melhoria do grau de
1031 exigência, realmente exigir o que é preciso para se nortear um estudo de impacto
1032 ambiental. Aqui é um trabalho que começamos com o divisor de águas, em 1998
1033 com o acidente do navio Bahamas no Rio Grande do Sul, derramou ácido, se não me
1034 engano eram 13 mil toneladas de ácido. A partir desse momento o trabalho de
1035 aproximação, de coleta estatística e de atendimento em acidentes ambientais
1036 começou a ter uma semente mais profunda dentro do IBAMA.

1037 Aqui plotamos dentro de cada estado os acidentes que ocorreram, mas em
1038 função do tempo iremos abrir mão de apresentar.

1039 Aqui para se ter uma idéia, clicamos dentro do Rio de Janeiro e irá aparecer
1040 quais os acidentes que ocorreram, qual a ação do IBAMA, o total de óleo derramado,
1041 nossa ação com o OEMA, a multa aplicada.

1042 Cenário futuro, o que estamos buscando, por exemplo, a área de petróleo,
1043 existe a necessidade de se definir as áreas de exclusão, existem muitos trabalhos
1044 prontos já no âmbito do próprio Ministério do Meio Ambiente onde definimos área
1045 de sensibilidade ambiental, existem trabalhos de estatística pesqueira, áreas de
1046 fragilidade ambiental definidas, então, da mesma forma que está sendo feito com a
1047 ANEEL, está sendo construído com ANP um encaminhamento nesse sentido para
1048 que o IBAMA defina a área de exclusão, para se evitar e simplificar o processo de
1049 licenciamento no sentido de quando forem colocados para licitação que realmente se
1050 saiba que aquele bloco tem viabilidade ambiental para se evitar casos como o que
1051 aconteceu recentemente, faltando quase 15 dias para a data limite para se apresentar
1052 se a empresa conseguiu o petróleo ou não os processos eram indeferidos por
1053 inviabilidade ambiental ou por falta de complementação, então esse é um grande
1054 produto que pretendemos dar para a ANP, o banco de dados harmônico com a
1055 validação de todos os estudos de impacto ambiental que já foram feitos e estão
1056 disponibilizados na gerência executiva do Rio de Janeiro, essa sistematização de
1057 dados, uma vez que as informações podem ser comuns para vários empreendimentos
1058 isso simplifica em muito o processo de licenciamento e irá permitir que possamos
1059 dar uma resposta muito mais ágil, o grau de exigência do estudo é simplificado e
1060 aumenta em muito o nosso grau de controle do processo em cima da parte de dano
1061 ambiental e ao mesmo tempo propicia ao empreendedor a certeza de que ele está com
1062 um projeto ambientalmente viável e que não vai ter nenhum impedimento futuro.

1063

1064 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1065

1066 Eu queria agradecer, lamento o tempo exíguo, eu acho que a grande prestação
1067 de contas com o IBAMA e a própria área ambiental federal teria que fazer para esse
1068 plenário em cima desse esforço que esta sendo feito para melhorar, para simplificar o
1069 processo de licenciamento, sem perder a segurança técnica legal. A colega da
1070 Gerência Executiva do Rio de Janeiro vai dar algumas explicações quanto ao uso dos
1071 recursos oriundos do acidente. Muito obrigado. Por favor Dra. Maria Cristina.

1072

1073 **Maria Cristina de Almeida – IBAMA/RJ**

1074

1075 Querida ver se daria para passar rapidamente uns slides da aplicação dos
1076 recursos. Querida esclarecer aos senhores, que antes mesmo das possibilidades desses
1077 recursos havia um entrosamento muito grande do Ministério do Meio Ambiente, no
1078 IBAMA com os contribuintes da Baía de Guanabara, cujo pleito era a eliminação de

1079 vazadores e pela demanda e urgência do MPU de se acordar o encerramento do aterro,
1080 então a busca de alternativas já era preocupação de todos.

1081 Com esses recursos foi possível discutirmos estratégia de alocação de recursos
1082 e dos 15 municípios pudemos atender a 12 deles. O programa antipoluição Baía de
1083 Guanabara já tinha naquela época, recursos destinados a três municípios e tomamos
1084 cuidados para que esses recursos não fossem sobrepostos.

1085 Então, dividimos esses recursos em 4 programas, aqui é o subprograma que
1086 temos de Agenda Ambiental, basicamente todos os projetos foram demandado pelos
1087 municípios. Vamos passando rapidamente e se vocês estiverem interessados nos
1088 detalhes reproduziremos.

1089 Esse programa daria para instalar cinco novos aterros e encerramento de nove
1090 com dois deles sendo controlados. Aqui é um detalhamento, muitos deles se
1091 encontram na fase inicial, ou seja, aprovação ou licenciamento do aterro ou usinas.
1092 Aqui temos algumas imagens, pode passar rapidamente.

1093 Aqui já temos concretamente um banco de dados que o IBAMA está
1094 trabalhando para construir uma base de dados, temos a parte de implantação da rede
1095 de qualidade de monitoramento da qualidade do ar. Nesse subprograma temos
1096 basicamente aprimoramento dos órgãos dos estados, aquilo que o Axel falou da
1097 questão de uma aeronave de combate florestal, ampliação das FIEMAS, ambos
1098 aguardando liberação de recurso.

1099 Aqui fomos contemplados com aquisição e doação de equipamentos para
1100 melhoria e reforço dos órgãos ambientais. Esses foram destinados para as unidades de
1101 preservação federal da Baía de Guanabara, quase todo concluído.

1102 Aqui vamos ter como resultado a construção de um centro de biodiversidade
1103 na APA de Guapimirim. Esse último envolve ONGs cujo podemos destacar o plantio
1104 de mais de 20 hectares na Baía de Guanabara, temos concluído o projeto de Educação
1105 Ambiental que foi capitaniado pelo SIMO, teremos lançamento de um livro sobre a
1106 Baía de Guanabara, temos um site no ar com informações sócio-econômicas e
1107 ambientais dos municípios. Outro produto já concluído é o monitoramento da
1108 atividade pesqueira na Baía de Guanabara.

1109 Esses são os novos desafios que temos pela frente a serem concluídos nos
1110 novos programas. Agradeço a mesa.

1111

1112 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1113

1114 Agradecemos, e gostaria de chamar o Dr. Reinaldo Vasconcelos para sua
1115 apresentação.

1116

1117 **Reinaldo Vasconcelos – Representante da SQA/MMA**

1118

1119 Estou aqui representando o Ministério do Meio Ambiente, eu gostaria de
1120 agradecer a oportunidade de fazer esta apresentação. Normalmente crio um pouco de
1121 dúvida na identificação institucional, sou funcionário de carreira do IBAMA e do
1122 Ministério.

1123 Não vou cansar os senhores e não vamos discutir, o grupo de trabalho vai
1124 apresentar os resultados, principalmente o Artigo 5º da Resolução 265 que foi parte
1125 fundamental na Baía de Guanabara, mas como os senhores sabem a Resolução aborda
1126 outros artigos que demandaram, e que vão também demandar providências desse
1127 Conselho.

1128 Então, o meu objetivo aqui não é discutir o artigo 5º e sim apresentar o
1129 trabalho que o Ministério participou e colaborou, na confecção dessa resolução 265.
1130 Vou fazer a apresentação e tenho 10 slides.

1131 Queria primeiramente apresentar o Ministério, somos formados por
1132 Secretarias, e dentro dessas, agendas ambientais verde, marrom e azul, estamos
1133 localizados, trabalhamos com a agenda marrom.

1134 Em função dessa crise, desde desse acidente, dizem que devemos identificar
1135 oportunidades em tempo de crise e o Ministério vislumbrou isso, dentro dessa crise o
1136 Ministério identificou uma oportunidade importante de trabalhar com os agentes de
1137 governo. Logo após o acidente nós havíamos discutido com a Agência Nacional do
1138 Petróleo, nós estabelecemos uma agenda de trabalho e esse acidente acabou
1139 acelerando esses contatos, essa estruturação e culminou com a crise energética e esse
1140 critério decidiu criar uma diretoria, energia, ela tem nome de gestão nesse
1141 movimento, mas criou uma diretoria de energia que cuida da parte de petróleo e a
1142 parte de energia elétrica mais mudanças climáticas, então isso aqui é uma coisa nova
1143 que muito dos senhores desconhecem.

1144 E essa gerência ela definiu algumas linhas básicas de trabalho, os senhores
1145 poderão verificar que muitas das coisas que foram apresentadas aqui que foram
1146 identificadas como importantes na consecução desse trabalho, o Ministério também
1147 vai atuar, já vinha estabelecido dentro dessa agenda ambiental. Revisar e acompanhar
1148 a legislação ambiental, não em termos executivos, porque o Ministério não é
1149 executivo, sistematizar e disponibilizar informações ambientais, desenvolver estudos
1150 ambientais em áreas possíveis. Fortalecer institucionalmente os órgãos de meio
1151 ambiente; definir diretriz, após projeto, para recuperação e prevenção de danos
1152 ambientais causadas pelo petróleo, acompanhar e fomentar implementação do plano
1153 de emergência de área ou de ajuda mútua; coordenar e apoiar na implementação da
1154 estrutura de monitoramento e acidente. Então, tudo isso estava previsto e acredito que
1155 agora iremos implementar mais rapidamente.

1156 Dentro da Secretaria, eu queria colocar a participação da SQA, Secretaria de
1157 Qualidade Ambiental que participou com três gerências, a Gerência de Riscos
1158 Ambientais, a Gerência de Gestão Ambiental que cuida de instrumentos ambientais e,
1159 ultimamente, a que foi criada de Petróleo.

1160 Essa apresentação do Ministério é mais para mostrar a estrutura que esteve
1161 envolvida do Ministério, para os senhores conhecerem porque como o Dr. Shelley
1162 colocou no início foi um trabalho muito árduo, muito intenso de participação do
1163 Ministério nesse processo, logicamente dos outros órgãos também. Eu gostaria de
1164 fazer bem rapidamente uma colocação sobre cada um dos quatro artigos, eu não vou
1165 tocar no artigo 5º, e levantar algumas coisas complementares que o Dr. Shelley já tinha
1166 colocado eventualmente.

1167 O artigo 1º ele fala em termos de supervisão do Ministério, naquelas ações, as
1168 ações para ser avaliadas de prevenção e controle e do licenciamento. Quando de fala
1169 em avaliar você tem que ter critérios, se não for usar critério é uma coisa complicada e
1170 para isso o Ministério, o IBAMA e mais alguns órgãos do meio ambiente, nós
1171 propusemos um formulário para que pudesse fazer essa avaliação, dois formulários
1172 na verdade, uma para as indústrias e outro para os Órgãos de Meio Ambiente, e esse
1173 formulário tinha mais de trinta perguntas cada um, e nós percebemos que os órgãos de
1174 Meio Ambiente precisariam de ter uma orientação, porque muitos órgãos do meio
1175 ambiente desconheciam essa Resolução, e nós fizemos um seminário de dois dias lá
1176 em Brasília para harmonizar essas avaliações.

1177 Esse formulário foi encaminhado às empresas e aos OEMAs, o resultado disso
1178 aqui foi que 21 estados mais o IBAMA foram contemplados para fazer essa avaliação,
1179 desses formulários que nos retornaram, foram 354 formulários que tinha feito uma
1180 avaliação sobre a licença de operação, tinha outra licença, mas em termo de licença de
1181 operação 394 formulários retornaram .

1182 Eu coloquei só isso aqui porque não é só por trinta perguntas, mas em termos
1183 de chamar a atenção dos senhores. Dessas 394 unidades operacionais, 189 tinham um
1184 plano de emergência e 182 tinham plano de contingência , é uma das informações
1185 dentro do enfoque que estamos dando aqui, a gente pode chegar a algumas conclusões
1186 proveitosas.

1187 No artigo 2º , é uma coisa que a gente chama atenção, CONAMA tocou pela
1188 primeira vez num assunto que não se tem no Brasil, porque são auditorias ambientais
1189 compulsórias, ele colocou isso, mas não sabia das conseqüências, o Dr. Shelley
1190 colocou, nós tivemos dificuldades muito grandes de identificar qual a norma, somente
1191 o Rio de Janeiro tinha uma lei de auditoria que tinha sido regulamentada por essa
1192 diretriz, então nós tivemos problemas por que as empresas precisavam atender a qual
1193 norma, no caso do artigo 2º, ele dizia sobre auditorias ambientais na da
1194 PETROBRAS, não do Rio de Janeiro, então, não teria problemas, agora o que ficou
1195 também foi a questão de ISO 14.000 é uma norma de auditoria voluntária se trata de
1196 sistema de gestão e essa daqui é uma norma compulsória, que fala de conformidade
1197 legal, então foram alguns problemas que nós tivemos que definir e isso aqui não vou
1198 entrar em muito detalhes porque o Dr. Axel já colocou que essas auditorias são
1199 transformadas em Termo de Ajustamento de Conduta, posteriormente aos TACs que
1200 já tinham sido analisado.

1201 Artigo 3º análise de cronograma de auditoria aquele que determinava todas
1202 empresas localizadas em território nacional deviam fazer um cronograma de auditoria,
1203 daí é que vem o problema, nós não termos uma norma nacional de auditoria, então as
1204 empresas ficaram com problema, as empresas que queriam encaminhar esses
1205 relatórios, o DT que estava representando as empresas de petróleo, pensamos até em
1206 fazer uma portaria, e não poderia ser feita uma portaria orientando que norma de
1207 auditoria poderia ser feita. Então isso aí foi um problema seríssimo para ser cumprido
1208 nesse artigo e nós chegamos a propor um conteúdo mínimo de auditoria para orientar
1209 as empresas a apresentar previamente essa questão do cronograma para atendimento
1210 ao artigo 3º da Resolução, e muitas empresas não apresentaram, e nós repercutimos
1211 até em que tipo de penalidade sofreriam estas empresas, uma vez que a resolução não
1212 previa penalidade.

1213 Então, isso é uma crítica e observação sobre a questão do artigo 3º e uma
1214 norma de auditoria. O Ministério elaborou esse conteúdo mínimo e encaminhou,
1215 através da Câmara Técnica do CONAMA, criou um Grupo de Trabalho e elaborou
1216 uma proposta que já sendo discutida na Câmara de Assuntos Jurídicos, e vai para o
1217 plenário do CONAMA provavelmente na próxima reunião.

1218 Esse conteúdo mínimo não poderia ser assim voluntário, ele se baseou na 265,
1219 mas principalmente na 9.966, no artigo 9º que obriga a legalização de auditorias para
1220 algumas tipologias do setor. Então, essa proposta de auditoria já esta sendo
1221 encaminhada, sendo discutida finalmente, e já esta indo para plenário. Isso aí eu vejo
1222 como resultado positivo da 265, ela proporcionou uma diretriz, uma orientação sobre
1223 a auditoria ambiental que é necessário.

1224 Só para fechar o Artigo 3º eu queria uma posição técnica de que essas novas
1225 vistorias, o resultado das vistorias fossem feitos dentro de uma política de pró-

1226 atividade, não é para penalizar a empresa, é para ela analisar o estágio de gestão
1227 ambiental que ela está, e, logicamente, que se poluiu ou aconteceu um acidente tem
1228 que ser enquadrada realmente, mas isso daí tem que ser visto com um instrumento de
1229 gestão, para ela saber onde ela está e o que ela tem que melhorar, então, é um
1230 instrumento de pró-atividade das empresas, gostaria que fosse entendido se possível
1231 desta forma, e não chegar aplicar um instrumento para penalidade, descobrir as
1232 mazelas e penalizar, mas mostrar que você precisa melhorar.

1233 Artigo 4º: quando o CONAMA resolveu que se determinasse às autoridades
1234 competentes a realização do plano nacional de contingência, plano de emergência,
1235 plano local e outros planos, eu só queria informar que já existia dentro do processo do
1236 sistema de plano de emergência, mesmo antes da lei um Grupo de Trabalho que já
1237 estava trabalhando há dois anos no plano de contingência, e este Grupo decidiu que
1238 esse assunto não seria discutido lá, então, esse Plano Nacional de Contingência já foi
1239 elaborado e está na consulta em órgão de Governo, a consulta final esta sendo
1240 encaminhada ao gabinete da Presidência da República, e no caso do Plano de
1241 Emergência, como o Dr. Shelley colocou, o Ministério coordenou o processo de
1242 elaboração desse plano, ele está, já foi para o CONAMA, e só não foi votado porque
1243 foi pedido vistas e está retornando na próxima reunião do CONAMA.

1244 Nós temos uma apresentação que, logicamente, não vamos apresentar em
1245 função do tempo, mas que diz todos os passos e o conteúdo desses planos, tanto do
1246 Plano Nacional de Contingência, como Plano de Emergência Individual. Se vocês
1247 quiserem enfoque pediremos para ser reproduzido e encaminhado para os
1248 Conselheiros.

1249

1250 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1251

1252 Muito Obrigado, principalmente por se manter dentro do tempo. Dando
1253 prosseguimento, queria convidar o representante da PETROBRAS para fazer uso da
1254 palavra.

1255

1256 **Rui Fonseca – Gerente de SMS da PETROBRAS**

1257

1258 Nós iniciamos agradecendo a oportunidade que o Conselho permite a
1259 PETROBRAS de retornar para nós fazermos uma apresentação indo direto ao nosso
1260 objetivo. Como a Petrobrás tem incorporado a Resolução 265 em sua gestão em
1261 segurança, meio ambiente e saúde, eu vou pedir até aqui a permissão, daqui em diante
1262 eu vou tratar como SMS, que isso pode significar alguns minutos aí na nossa
1263 apresentação, e além dessa incorporação quais os planos de ação resultante da prática
1264 da auditoria ambiental que foi preconizada através da Resolução 265.

1265 Nós vamos falar brevemente sobre o histórico das questões ambientais na
1266 PETROBRAS. Isso é importante porquê? É importante resgatar o histórico, porque é
1267 ele que permite que a companhia hoje, como foi colocado, tenha um reposicionamento
1268 da sua gestão de SMS. Vamos comentar sobre o programa da excelência em gestão
1269 ambiental e segurança, como sendo uma estratégia de amplificação do valor da gestão
1270 de SMS internamente, sem dúvida uma resposta ter a responsabilidade da empresa
1271 para com a sociedade e, como já falamos, entramos depois especificamente no
1272 processo da auditoria 265 e seus respectivos planos de ação.

1273 Aqui nós temos, iniciando a parte do histórico, projeto ambiental com foco
1274 externo à Companhia, projetos sócio-ambientais. São projetos com foco na

1275 preservação de espécies e de ecossistemas ameaçados de extinção. Nós pegamos aqui
1276 alguns exemplos do projeto Mata Atlântica, TAMAR, trabalho já desde da década de
1277 70, desde a década de 80, iniciado dentro da gestão, numa época inclusive desfocada
1278 em termos de segurança e meio ambiente.

1279 Especificamente com relação à gestão interna de SMS, nós destacamos a
1280 melhoria da qualidade dos produtos, ou seja, a melhoria na qualidade de querosene no
1281 sistema de aviação a retirada do chumes da gasolina. O processo de certificação com
1282 base na ISO 14.000, nós vamos enfatizar um pouco mais sobre isso quando falarmos
1283 do nosso sistema de avaliação de SMS, um programa alinhado com o programa
1284 exatamente da racionalização do uso dos derivados de petróleo e gás natural, e que
1285 nós destacamos aí o programa Siga Bem e o programa Economizar. O primeiro: Siga
1286 Bem, focado na malha rodoviária de postos de gasolina, num processo de educação,
1287 num processo de atitude do próprio motorista de forma que ele tivesse uma
1288 dirigibilidade que propicia uma economia do consumo de combustível. O segundo
1289 programa, economizar, focado mais em relação a parte industrial, ou seja, é um
1290 programa de capacitação e de melhoria das indústrias consumidoras de produtos
1291 PETROBRAS.

1292 Nessa linha, nós terminamos esse histórico e iniciamos a parte relativa
1293 Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional o PEGASO
1294 como foi citado aqui. O PEGASO ocorre no momento do acidente da Baía de
1295 Guanabara, e eu gostaria de enfatizar aqui a simultaneidade. Que simultaneidade? Ao
1296 mesmo tempo que a Companhia cumpriu com sua obrigação de um plano de
1297 emergência focado no acidente ocorrido no dia 18 de Janeiro, simultaneamente a
1298 liderança da empresa, especificamente nosso Presidente Philipe, determinava, sem
1299 dúvida, uma questão de sobrevivência da Companhia, uma questão de
1300 responsabilidade junto a sociedade, era necessário ter uma amplificação da nossa
1301 gestão de SMS, olharmos para o futuro com relação a essa gestão, e simultaneamente
1302 era implementado um grupo para estruturar esse programa de excelente gestão
1303 ambiental e segurança fracional, coordenado pelo Dr. Irani do qual eu fiz parte
1304 também quando trabalhava ainda então no Centro de Pesquisa da PETROBRÁS. Esse
1305 programa apresentou em sua estrutura três linhas estratégicas, projetos visando
1306 exatamente os aspectos de prevenção através das melhorias das condições
1307 operacionais das unidades da empresa. A contingência focada num sistema que
1308 garantisse o estado de prontidão, e cada vez mais aumentasse a eficácia do tempo de
1309 resposta, fator fundamental num plano de sucesso e a sua gestão, principalmente
1310 olhando para a PETROBRAS ocupando território nacional, e da gente intensificar um
1311 processo de sistematização e integração dessa gestão dentro da Companhia.

1312 Aqui nós temos algumas metas do programa, nós podemos destacar aqui a
1313 revisão de 100% dos planos de contingência, a instalação dos 9 Centros de Defesa
1314 Ambiental, ali no ano de 2000, as metas de 100% das unidades certificadas até o final
1315 de 2001, nós hoje já estamos com praticamente 80% das unidades certificadas dessa
1316 meta estará sendo cumprida até o final de dezembro, um sistema que priorizou dutos,
1317 e considerando um gerenciamento de risco dos dutos e que esses passassem a ser
1318 dotados de tecnologia de ponta de sistema de supervisão de monitoramento da
1319 operação dos dutos. Hoje já temos cerca de 90% desses dutos monitorados, uma meta
1320 cumprida. 100% das unidades com licenças ou acordos específicos através da
1321 celebração de termos de compromisso, essa meta hoje já estamos na faixa de 72%.

1322 Temos aqui também, já em 2003, um foco de 80% de redução de resíduos,
1323 hoje já estamos com 63% dos resíduos abatidos, isso significa exatamente resíduos

1324 resistentes mais também os formados ao longo da operação das nossas unidades nesse
1325 tempo, um aspecto importante com relação a parte de tratamento de afluentes e
1326 controle de emissões, principalmente com enfoque na busca de novas tecnologias que
1327 minimizem a parte de emissões de afluentes e ao mesmo tempo por exemplo como
1328 nós podemos notar aqui no compromisso de ajuste de conduta da Refinaria Duque de
1329 Caxias, por exemplo, e fechamento do sistema de refrigeração onde parte da Refinaria
1330 ainda pretendo do sistema com captação da água da Baía de Guanabara e esse sistema
1331 até 2003 estará integralmente fechado.

1332 Um gerenciamento integrado de risco a que monte uma linha de
1333 sustentabilidade, todas essas ações precisam ganhar sustentabilidade ao longo do
1334 tempo sendo cada vez mais internalizadas dentro da gestão de CMS da companhia,
1335 focando exatamente a obtenção de uma referência internacional, de uma excelência
1336 nessa área de SMS, da mesma forma que já foi citado aqui hoje também é a empresa
1337 que identificada exatamente na sua parte de águas profundas e agora também gasolina
1338 de fórmula 1 e principalmente objetivando cada vez mais a minimização de riscos.

1339 Nessa linha então, no ano de 2000 foram investidos 500 milhões de reais, a
1340 previsão é de um bilhão de reais, desse bilhão já foram realizados 900 milhões de
1341 reais em 2002 a previsão é de 1.3 bilhões de reais e em 2003 a previsão é em torno de
1342 400 milhões de reais inclusive é o ano que esse programam exatamente será executado
1343 sobre suas diretrizes e seus objetivos. Hoje esse programa envolve em torno de 3.000
1344 projetos dentro de toda companhia envolvendo não só as instalações nacionais, mas
1345 também as internacionais.

1346 A segunda linha estratégica que nós comentamos e aqui nós vamos tratar com
1347 mais detalhe, é o aspecto de sistema de contingência da Companhia, então foram
1348 estabelecidas as metas de revisão dos planos de contingência locais, que aconteceu
1349 durante o ano de 2000, a elaboração de planos regionais e corporativos o que também
1350 aconteceu no ano de 2000. Aí é preciso fazer uma observação, logicamente que esses
1351 planos têm um processo de evolução em função da própria análise crítica que a
1352 empresa pratica através do sistema de avaliação e exatamente nós temos, por exemplo,
1353 o conteúdo mínimo do Ministério do Meio Ambiente, é um trabalho que está sendo
1354 feito lá pelo grupo PIPA, então a empresa entende que ela terá que ser apta a sempre
1355 estar procedendo a adequação, a revisão dentro de um prazo, logicamente que seja
1356 factível, desses planos de contingência, o fato dessas metas terem sido alcançadas em
1357 2000, de forma nenhuma significa que a PETROBRAS entende que esses planos estão
1358 congelados, muito pelo contrário, nós entendemos que esses planos possuem um
1359 processo dinâmico de atualização, capacitação, treinamento e etc.

1360 E outra decisão da implantação de 9 Centros de Defesa Ambiental, como nós
1361 vemos aqui nesse mapa, nós estamos atendendo o Brasil, a nossa instalação em
1362 Guarulhos, esses Centros de Defesa eles estão projetados para o combate nível 2 e,
1363 especificamente, o nosso Centro de Defesa de Guarulhos considerando toda
1364 disponibilidade rodoviária e aérea, ele está sendo amplificado para logística nacional,
1365 o que nós poderíamos comparar a um nível 3 dentro da classificação de emergência.

1366 Esses Centros vêm suprir uma melhoria identificada com relação à
1367 disponibilidade de materiais e de equipamentos, então nós vemos aqui, esse é o CDA
1368 na Bahia, aqui especificamente Macaé, o sistema de barreiras é oceânicas, mas nós
1369 temos plena convicção que o que nós precisamos não é só material e equipamentos,
1370 esses materiais e equipamentos tem que estar totalmente consistente com as
1371 estratégias que estão especificadas nos nossos planos de contingência, consideradas as
1372 hipóteses, os cenários de possíveis acidentes ambientais. Isso foi praticado na revisão

1373 e mais ainda, tem que haver uma constante capacitação com as pessoas envolvidas
1374 quando um plano de contingência se transforma em um plano de emergência, o
1375 treinamento que nós destacamos aqui o aspecto de simulados, e aí, também no ano
1376 passado houve uma decisão corporativa que além de todos os simulados programados
1377 pelas unidades, nós a gestão corporativa que atua em todas áreas de negócios da
1378 PETROBRAS em termo de gestão de SMS implementamos um sistema de simulado
1379 não programado, ontem, por exemplo, ocorreu uma no nosso terminal de Manaus,
1380 uma simulação de uma mancha de óleo no Rio Negro, aonde a gerência daquele local
1381 foi informada por volta de 7:30 da manhã, e nem o Presidente da BR estava informado
1382 desse simulado, a idéia é exatamente nós aprimorarmos nosso sistema de análise
1383 crítica, de modo que a gente consiga identificar pontos que ainda precisam ser
1384 melhorados e o estado de prontidão ele só é realmente verificado principalmente com
1385 esse estado.

1386 Existe um aspecto muito importante na contingência com relação ao
1387 desenvolvimento e tecnologia, então primeiro nós estamos, como já foi realizada uma
1388 contratação, seu nome é Astro Baran, hoje atua na região de Macaé, Baía de
1389 Guanabara e Angra dos Reis, temos o monitoramento por helicóptero, inclusive já
1390 testamos algumas vezes a possibilidade do uso noturno através de um sistema de
1391 radiação do infravermelho e a utilização de bóias para detecção de hidrocarbonetos,
1392 onde nós temos exatamente dez bóias instaladas em pontos na Baía de Guanabara, o
1393 importante desse três projetos aqui é que eles estão apresentando resultados
1394 promissores com potencial de aplicação desses projetos em outras áreas de influência
1395 considerando as instalações da companhia. Independente do Centro de Defesa
1396 Ambiental também, nós temos o livro 01 de cada unidade, toda ampliação de centro
1397 de combate de poluição das unidades também foi feito na margem e tiveram sua parte
1398 de recursos materiais, de equipamentos, de capacitação, de treinamento amplificado
1399 de modo que tem um sistema integrado de contingente do nível 01 ao nível 03 e
1400 independente da amplificação que está sendo concedida no CDA de Guarulhos, no
1401 Centro de Defesa Ambiental, a Petrobrás está filiada a CCC que um contrato com
1402 atendimento a emergência nível 03, como foi o caso quando recorremos com o
1403 acidente no Rio Iguazu, no Paraná.

1404 Constatamos também o seguinte, dado esse processo, se ele não tiver uma
1405 precisão de sistema de informação e essa precisão tem que ser em nível de
1406 georeferenciamento, ele perde muito na sua eficácia, por esse motivo nós já estamos
1407 com um sistema implementado, é um sistema informatizado para planos de ação de
1408 emergência conhecido internamente com o INFOPAI. O INFOPAI detém todas as
1409 informações relativas aos planos de contingência, ao Centro de Defesa Ambiental,
1410 mas também todas as informações sócio-econômicas e ambientais com relação às
1411 áreas de influência considerada a hipótese acidental no plano de contingência
1412 georeferenciado. Nós já temos, por exemplo, um piloto que foi feito para região do
1413 Paraná, que já está em fase de últimos testes já implantados, e na região Norte
1414 também.

1415 A terceira linha de estratégia do PEGASO que era exatamente e sem dúvida
1416 relevante à gestão, que é como nós conseguimos fazer que haja essa amplificação, essa
1417 evolução da gestão de SMS. Então, especificamente, para os dois primeiros, foi
1418 desenvolvido um critério para revisão da carteira de projeto e uma metodologia para
1419 avaliação dos benefícios, ou seja, como toda empresa nós estamos preocupados com o
1420 desenvolvimento social com a proteção ambiental, mas a empresa precisa também
1421 garantir a sua rentabilidade caso o contrario ela não vai poder ter os recursos

1422 necessários para esse nível de investimento. Então, há toda um análise de benefícios e
1423 também uma vez o projeto incluindo na carteira do PEGASO, ele só sai após uma
1424 análise de crítica muito forte por parte da nossa gestão corporativa, isso é
1425 extremamente importante em termo de continuidade desse processo.

1426 O nosso planejamento estratégico acertou as questões de meio ambiente, saúde
1427 e segurança representam indicadores específicos da área de SMS do plano estratégico
1428 da companhia a partir de 2000, a estruturação do sistema de avaliação corporativa e a
1429 valorização nas questões de segurança, meio ambiente e saúde na cultura e na força de
1430 trabalho. Sem duvida o aspecto comportamental, a cultura, é fundamental para
1431 exatamente a companhia poder assumir e ela saiu de um estado de reação e ela poder
1432 estar 100% num estado de prevenção, é a meta exatamente no sistema de SMS.

1433 O cumprimento da Resolução, com relação ao artigo 2º, não vou repetir o que
1434 já foi dito aqui por mais uma vez. 100% das auditorias foram concluídas e entregues
1435 em 8 de agosto de 2000, aqui tem uma observação importante: como já foi comentado
1436 aqui hoje com relação à abrangência: primeiro, no Estado do Rio de Janeiro a
1437 Refinaria Duque de Caxias, todos os terminais da nossa área de transporte, todos os
1438 nosso terminais da área de distribuição foram integralmente auditados, e aí houve uma
1439 decisão por parte da empresa numa linha que eu não entendi aqui, poderia haver uma
1440 iniciativa que atendesse ao processo da Resolução 265, principalmente porque foi
1441 evidenciado que havia uma agregação de valor ao sistema de avaliação da companhia
1442 através da Resolução 265. Então, duas decisões são tomadas e informadas ao Dr.
1443 Shelley Carneiro, como presidente do grupo que acompanhava exatamente a
1444 Resolução 265. Uma era a aplicação da DZ-56 como um termo de referência para essa
1445 auditoria, e a segunda decisão, isso é muito importante esclarecer, numa normativa
1446 européia, com relação à realização de uma auditoria ambiental, mas porquê dessa
1447 decisão? Nós estamos falando exatamente por ter feito uma amostragem em termo de
1448 40 instalações na bacia de campo, 13 foram auditadas imediatamente, essas 13
1449 representam toda a tipologia, ou seja, se ela é semi submersível e etc. Agora, por que
1450 isso? Primeiro, o importante que nós entendíamos não era quantidade das unidades
1451 realizadas, mas a qualidade dessa auditoria ambiental permitindo que a empresa
1452 tivesse um ganho, aí entra exatamente a rentabilidade da empresa e também com o
1453 aspecto de segurança, nós estamos falando de auditorias realizadas em instalação em
1454 alto mar 150, 200 quilômetros da costa, então não poderia de uma hora para outra,
1455 executar auditoria de 40 instalações, essa norma preconiza que um terço seria feito
1456 imediatamente e as outras restantes, que no caso seriam 27, teriam dois anos para
1457 serem feitas. A PEROBRAS assumiu o compromisso de terminar essa auditoria em
1458 dezembro de 2001, e eu gostaria de confirmar que esse compromisso esta sendo
1459 rigorosamente cumprido agora em dezembro de 2001.

1460 Artigo 3º. A Petrobrás entregou 100% de todas suas instalações não situadas
1461 no Rio de Janeiro apresentando uma programação de respectivos cronogramas de
1462 execução das auditorias ambientais das instalações dos outros estados da federação,
1463 exatamente concluindo a nossa área, desculpem-me a abreviatura, de exploração e
1464 produção agora em dezembro nós vamos ter as auditorias ambientais concluídas
1465 antecipadamente nas nossas refinarias, nos terminais da nossa área de transporte e na
1466 área de exploração e produção, logicamente, há um trabalho adicional depois que é
1467 exatamente bem significativo para Petrobrás que é transformar o resultado da
1468 auditoria em planos de ação.

1469 Como eu havia falado, a auditoria CONAMA 265 ela foi incorporada ao nosso
1470 sistema de avaliação de SMS, ou seja, nós ao praticarmos a auditoria das seguradoras,

1471 a auditoria da certificação, o PEGASO inseriu uma auditoria muito focada na
1472 constatação dos benefícios, na realização físico-financeira de seus projetos e sem
1473 duvida a auditoria CONAMA 265 fica incorporada no nosso sistema de avaliação
1474 porque fica constatado que as auditorias ambientais praticadas através da CONAMA
1475 265 elas têm um valor na análise crítica dos nossos procedimentos e do nosso plano de
1476 ação.

1477 Alguns exemplos de plano de ação e resultados que estão consistentes com
1478 aquele sistema de avaliação, ou seja, era resultado do programa do PEGASO, da
1479 auditoria ambiental, do nosso sistema de certificação, e aí exatamente eu lembro
1480 aquela meta que eu coloquei para os senhores no início, e aí nós estamos praticando
1481 uma gestão de segurança, meio ambiente e saúde integrada, sistematizada, onde não
1482 tem mais auditorias isoladas, não tem sistema de avaliação corporativa para toda
1483 companhia, isso sem duvida gera rentabilidade. Como sempre ressaltando na
1484 rentabilidade que eu acho um aspecto importante que a gente tem na Resolução 265.

1485 Alguns planos de ação, riscos ambientais, então temos o procedimento, uma
1486 orientação que todas as embarcações agora quando atracadas ficaram com um
1487 esquema preventivo de barreiras já cercando a embarcação. Aqui é o Terminal da Ilha
1488 D'água, todos os nossos terminais estão sendo dotados desse sistema, alguns terminais
1489 como Angra dos Reis, e o terceiro píer de Madre de Deus não encontraram esse
1490 sistema por uma questão de tecnologia em função que nós não identificamos ainda
1491 possibilidades de barreiras que suportem aquele nível de correntes, procuramos
1492 parceiros que possam desenvolver sistemas, talvez não sejam nem nós, mas outros
1493 sistemas, o conceito dessa orientação corporativa continua implementação da
1494 companhia.

1495 Aqui, no caso a Refinaria Duque de Caxias e todas essas ações fazem parte do
1496 Compromisso de Ajuste de Conduta assinado pela Secretaria Estadual de Meio
1497 Ambiente Ministério Público Federal é a substituição de tetos, no caso aí de produtos
1498 mais leves, perto de tanques fixos para perto de tanques flutuantes e com isso
1499 promovendo redução de emissões.

1500 Aqui um sistema de biotratamento, exatamente com relação a adequação de
1501 amônia nos afluentes, é um sistema de tratamento biológico desenvolvido a tecnologia
1502 do Centro de Pesquisa da Petrobrás, já instalado com sucesso na Refinaria Gabriel
1503 Passos, e agora também sendo sua instalação reutilizada para nossa Refinaria Alberto
1504 Pasqualini, no Sul, e em análise também para Refinaria Duque de Caxias.

1505 Parte de resíduos, como falamos um abatimento de 80% até o final de 2002,
1506 dos quais hoje em novembro de 2001 já temos 63% abatidos e novamente na linha de
1507 resíduo um aspecto importante em tecnologia, está sendo possível o desenvolvimento
1508 e aplicação de tecnologias além daquelas usualmente praticadas para área de resíduo,
1509 aqui no caso na refinaria São José dos Campos o uso de biopilha, exatamente para o
1510 tratamento do solo contaminado em função do acidente ocorrido no córrego do
1511 Alambari.

1512 Um aspecto importante de resíduos foi a identificação da necessidade do
1513 tratamento com relação ao seu armazenamento e também a parte de áreas impactadas,
1514 então, aqui nós temos um centro de triagem que foi construído ano passado na
1515 Refinaria Duque de Caxias, de modo que toda aquela parte de classificação, de
1516 destinação controlada dos resíduos são feitas agora em condições específicas para este
1517 tratamento, e esse mesmo tipo de instalação, por exemplo, está sendo adotado onde
1518 necessário nas demais instalações da companhia.

1519 Inspeção por PIG instrumentado, então aqui nós temos uma inspeção dos 13

1520 mil quilômetros de dutos, 90% já foi realizado, é uma operação extremamente
1521 delicada com relação à tecnologia envolvida e, principalmente, porque isso depende
1522 de toda uma interação logística da companhia para disponibilizar, não somente em
1523 termos que a gente ter que manter o suprimento nacional do combustível, mas também
1524 sobre o aspecto de segurança na disponibilização destes dutos.

1525 Aqui um trabalho extremamente importante onde tivemos a ocorrência do
1526 acidente na região da Lapa, esse aqui é o ponto zero, onde houve exatamente uma
1527 movimentação do solo que acabou por causar a ruptura, então nós já estamos com
1528 sucesso, é um sistema de monitoramento, que eu prefiro ler da seguinte forma, a
1529 tecnologia que a Petrobrás possui em águas profundas de sísmica 3D, sendo utilizada
1530 com sucesso, *on line*, de modo que é possível fazer o monitoramento dessa região *on*
1531 *line*, e atuar preventivamente obedecendo as diretrizes operacionais, caso se constate
1532 uma movimentação de solo, por exemplo, nós já constatamos que nessa região aqui,
1533 no último mês houve uma média de seis pequenos abalos identificados. Então, esse
1534 monitoramento é importante.

1535 Esse mesmo trabalho está sendo aplicado na encosta que nós temos na região
1536 de Cubatão, onde existe a Refinaria Presidente Bernardo Campos de forma que
1537 também lá estão sendo instalados diques de contenção, e aí um aspecto importante,
1538 inclusive, que se eu não me engano, foi comentado pelo Dr. Shelley, ou seja, houve
1539 todo um trabalho de revisão das hipóteses acidentais na região e foi identificado, esse
1540 é um aspecto interessante, independente da capacitação do plano de emergência há
1541 atuação com prevenção de modo que caso aquele acidente, daquele cenário venha a
1542 acontecer, esses sistemas de diques faz parte do plano de emergência de forma que ele
1543 contém numa área muito menor, ele confina numa área muito menor caso venha haver
1544 o derrame de óleo e, exatamente, contemplando o cenário de hipótese acidentais na
1545 região de Cubatão.

1546 Aqui um projeto de caráter geral, todas as nossas instalações de sistemas de
1547 válvula, todas elas hoje foram, no caso, adicionados projetos nesses diques de
1548 contenção dentro de uma linha exatamente de ter maior confinamento caso se tenha
1549 algum problema nesse sistema de válvula, tanto em instalações de terminais
1550 marítimos, como também instalações de terminais terrestres.

1551 Aqui é importante nós sairmos um pouco da linha do plano de ação e
1552 comentando, como foi já citado pelo Dr. Axel Graef, existe um Compromisso de
1553 Ajuste de Conduta em função do acidente da Baía de Guanabara, um dos itens prevê
1554 exatamente o monitoramento que permite uma avaliação dos possíveis impactos
1555 ambientais decorrentes do acidente da Baía de Guanabara, então é uma visão da
1556 PETROBRAS, fica na responsabilidade dela, logicamente, ela não pode ter o papel de
1557 fazer essa análise, isso não pode caber à PETROBRAS, mas deve entender que ela
1558 poderia colaborar no processo dessa própria avaliação, patrocinando esse convênio,
1559 que no caso envolve aí diversas adversidades, e permite exatamente que 16 pontos da
1560 Baía de Guanabara tenham um monitoramento, visando exatamente verificar qual a
1561 possibilidade de impacto ambiental causado pela Baía de Guanabara.

1562 Independente dos resultados foi firmado, também, um convênio com o
1563 IBAMA aonde na área protegida ambientalmente de Guapimirim, é um projeto do
1564 IBAMA com a participação da PETROBRAS, aonde há um repovoamento do
1565 manguezal através de caranguejos, independente se for identificado ou não ali um
1566 nível de impacto ambiental. É importante destacar o seguinte, esse repovoamento ele
1567 propicia sem dúvida a recuperação do manguezal, mas ele propicia também o
1568 desenvolvimento social da colônia de pesca que hoje tem uma maior possibilidade,

1569 melhor qualidade de vida em função desse projeto de repovoamento de manguezais.

1570 Aqui foi citado também, é uma ação extremamente importante, eu gostaria que
1571 os senhores reparassem essa área aqui, no Parque de Maria Quitéria nessa foto, hoje é
1572 uma visão atual, na verdade é uma visão aí de seis meses atrás e a visão futura. Ocorre
1573 o seguinte, essa é uma área onde a PETROBRAS tem uma faixa de lotes devidamente
1574 e totalmente regularizada identificada, mas que foi ocupada por pessoas, então junto
1575 com a Secretária de Planejamento de Estado da Bahia, hoje nós já estamos com um
1576 processo de deslocamento de 400 famílias, de modo que exatamente as famílias que
1577 ocupam essa região já estão se deslocando para uma área, inclusive com condições da
1578 própria parte de ecoeficiência da onde eles vão residir bem superior a essa região e vai
1579 ser feita toda uma parte de recuperação ambiental dessa região, de modo que essa é
1580 uma visão futura a ser alcançada. As 400 famílias hoje já estão em processo de
1581 deslocamento e a Secretaria Estadual de Planejamento da Bahia, a PETROBRAS, no
1582 caso, ela está arcando com os recursos necessários do deslocamento, posição da Vila e
1583 etc.

1584 Eu acho muito importante essa imagem, porque a companhia tem praticado
1585 todos os esforços de modo que ela tem um reposicionamento da sua gestão de SMS,
1586 como eu falei há oportunidade também da sua rentabilidade, é importante também da
1587 sua visibilidade junto à própria sociedade brasileira, existe até um lado emocional com
1588 relação ao orgulho que nós brasileiros sentimos e é extremamente importante, não
1589 tenho dúvida, o PEGASO, Plano Emergencial, eles promovem saltos nessa gestão,
1590 mas o que a companhia busca como nós já falamos, nós buscamos uma referência
1591 internacional nessa gestão de SMS, e nós entendemos que essa referência, sem dúvida,
1592 passa pelos investimentos que nós estamos fazendo, passa por uma carteira, imagino
1593 o que é exatamente coordenar 3.000 projetos somente na gestão de SMS, fora todos os
1594 outros projetos.

1595 Mas nós entendemos que, além de todo esse investimento, vamos alcançar essa
1596 excelência saindo da reação para a prevenção, e isso ocorre, sem dúvidas, também
1597 através de projeto na linha da cultura, na linha do comportamento, hoje nós já estamos
1598 com esse projeto em andamento, aqui estão os nomes, acho não são significativos, nós
1599 temos, por exemplo, na área de transporte o Programa Zero Acidentes, todos eles são
1600 programas comportamentais e culturais, não há nenhum investimento físico.

1601 Temos na área de exploração e produção o Programa da Excelência
1602 Operacional, e na nossa área de abastecimento o programa Gestão sem Lacunas, todos
1603 esses programas exigem total alinhamento com a gestão corporativa de SMS,
1604 inclusive, estamos avaliando, também, nessa parte cultural, uma consultoria junto à
1605 Fundação Getúlio Vargas, de modo que está muito claro para nós também, que nós
1606 precisamos dar sustentabilidade a todas essas ações que nós demos cobertura hoje, e
1607 essa sustentabilidade é conquistada através do sistema corporativo de gestão de SMS
1608 que já iniciou sua implementação que, como nós enfatizávamos, o aspecto cultural, o
1609 aspecto comportamental. Houve uma fala totalmente espontânea do nosso Presidente
1610 que disse que não tinha dúvida que toda a área de trabalho da PETROBRAS tinha a
1611 área de SMS nos seus corações, precisamos que a área de SMS seja internalizada em
1612 suas mentes e em todas as suas ações, e estamos trabalhando isso na companhia.
1613 Muito obrigado.

1614

1615 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1616

1617 Vou solicitar que o Dr. Axel Graef volte a compor a mesa e vamos passar ao
1618 tema de debates. Acredito que o Dr. Finotti será próximo a fazer uso da palavra. Por
1619 favor.

1620

1621 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

1622

1623 Eu só estou pedindo a palavra para uma informação inicial a respeito das
1624 questões aqui apresentadas com relação às auditorias ambientais. Inicialmente eram
1625 colocadas de modo voluntário, e depois pela emissão de um documento legal do
1626 governo, do Congresso Nacional passou a ser praticamente obrigatório.

1627 A Câmara Técnica de Controle Ambiental do CONAMA criou um Grupo de
1628 Trabalho, do qual eu sou coordenador, para elaborar a proposta de resolução sobre a
1629 auditoria. Esse Grupo de Trabalho ao encerrar suas atividades teve algumas posições
1630 tomadas por conselheiros e por técnicos do setor que visavam melhorar a proposta por
1631 nós já elaborada, então nós recolhemos os trabalhos apresentados e estamos fazendo
1632 uma revisão que será encaminhada previamente à Câmara para uma análise, e
1633 posteriormente à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Acreditamos que no início
1634 do ano nós tenhamos a resolução sendo promulgada pelo egrégio Conselho.

1635

1636 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1637

1638 Obrigado Dr. Finotti. Tem a palavra Dr. Vicente do IBAMA.

1639

1640 **Vicente Gomes da Silva – Procurador Geral do IBAMA**

1641

1642 Não tenho um propósito de refinar informações, não tenho o propósito de
1643 polemizar, e nem tão pouco fazer essa discussão mais aprofundada, porque aqui não é
1644 o fórum, mas assistindo ali a apresentação da PETROBRAS foram citados alguns
1645 números, relativamente à regularização das atividades que, de fato, não batem, não se
1646 aproximam com os nossos. Daí a minha explicação de ser uma proposta apenas de
1647 confirmar informações. Das informações que temos no IBAMA a PETROBRAS, nos
1648 últimos tempos, nessa atividade de perfuração, não são dados precisos, são dados em
1649 processo de elaboração, na atividade de perfuração ela perfurou cerca de 700 poços
1650 sem licença, seria um dado para se refletir.

1651 Na atividade de produção seria em torno de 75 plataformas de produção, das
1652 quais 56 teriam o Termo de Compromisso, mas estão vencendo, vencidos ou em fase
1653 de renovação. Digamos que, até aí, estaria num processo natural de encaminhamento.
1654 Dezoito plataformas estariam com problemas de renovação da licença, naquela
1655 informação sua verifiquei que aproximadamente 90% ou 100% estariam ou com
1656 licença, ou com Termo de Compromisso, ou Termo de Ajuste de Conduta, quer
1657 dizer, é uma diferença grande para nossa informação. E cerca de 10 mil quilômetros
1658 de dutos que também estariam sem licença, de modo que gostaria de ouvir depois da
1659 PETROBRAS se realmente foi feita a nossa metodologia em relação a deles no que
1660 diz respeito a esses números.

1661 Outra indagação que faria ao representante da PETROBRAS é com relação as
1662 multas, porque tivemos 5 graves acidentes em 2000, e outros 5 graves acidentes com
1663 relação a derramamento de óleo em 2001, dos quais apenas no primeiro, que foi o
1664 acidente da Baía de Guanabara, a multa foi paga pela PETROBRAS. Não sei se é
1665 filosofia ou a prática, ou recomendação dos dirigentes da PETROBRAS que a idéia

1666 efetivamente é recorrer de todas as multas. Apenas essas colocações, sei que não há
1667 tempo de discutirmos isso com profundidade, mas é importante levantarmos isso,
1668 pois vamos trabalhando essas informações diante das que nós temos.

1669
1670

1671 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1672

1673 Obrigado ao Dr. Vicente, antes de passar a palavra ao próximo inscrito,
1674 consignamos que pediram a palavra o Dr. Francisco Soares, Dr. Almir, Dr. Joels e o
1675 Dr. João de Deus. Dr. Francisco Soares por favor.

1676

1677 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

1678

1679 Representante das ONGs do Nordeste no CONAMA. Não interessa aplicar
1680 uma multa e ter parte não paga e o resto recorrido, então o que vale para
1681 PETROBRAS não seria investir para pagar multas, o importante seria antes de
1682 acontecer o acidente investir em infra-estrutura, proteção, dutos, com relação às
1683 refinarias, os terminais, ao transporte, a distribuição, o que se observa é que temos
1684 um empreendimento de grande impacto, cuja licitação, a questão das usinas
1685 nucleares, no caso de Angra, e os empreendimentos que a PETROBRAS enfrenta no
1686 caso das plataformas marinhas. O que observamos é que depois iremos correr atrás
1687 do prejuízo. Queríamos era que não acontecessem mais derrames de petróleo no mar,
1688 como também não aconteça um acidente nuclear em Angra. O que estamos vendo é
1689 que não temos um plano de contingência, um plano de emergência a altura de
1690 socorrer a população e protege-la, de modo que devemos pensar melhor, uma grande
1691 empresa como a PETROBRAS, investir em tradição, verificar os portos, se o duto
1692 tem que ser substituído, tem que ser monitorado, trocado, substituído, do contrário
1693 teremos outras multas, outros acidentes ambientais e outros derramamentos de
1694 petróleo.

1695 Os navios que transportam petróleo devem ser vistoriados para saber se têm
1696 capacidade de transporte para não acontecer outros acidentes no mar, através de
1697 sucatas de navios, que não têm condições de transportar nem água sequer petróleo.
1698 Eram essas minhas colocações e minhas preocupações de que a questão ambiental
1699 seja colocada na prática para se evitar outros acidentes de derramamento de petróleo.

1700

1701 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1702

1703 Obrigado ao Dr. Francisco. Vamos passar a palavra para o Dr. Almir.

1704

1705 **Almir Augusto Chaves – Representante do Ministério do Trabalho e**
1706 **Emprego**

1707

1708 Gostaria de fazer uma correção, ou melhor, um comentário, no item 05 do
1709 relatório, item 5.3, página 11 do documento. Item 5.3; “*Em algumas regiões*
1710 *visitadas existem planos de auxílio mútuo por iniciativa das empresas*”. Gostaria de
1711 esclarecer o seguinte: esses planos, o nome correto deles seria Planos de Ajuda
1712 Mútua, são planos estabelecidos pela legislação do Ministério do Trabalho e
1713 Emprego e trata da questão de segurança e saúde do trabalho, são Planos que têm
1714 uma coisa boa de legislação internacional, a Convenção 152 da OIT, são obrigatórios

1715 para todos os portos brasileiros, aqui eles indicam que algumas regiões visitadas
1716 tinham esse plano, creio eu que são as regiões que são portos, pois os locais onde não
1717 são portos pela legislação não são obrigados a ter esse plano. Acho muito importante
1718 a iniciativa de unificar os órgãos que tratam dessas matérias. Nós do Ministério do
1719 Trabalho, inclusive eu, como Conselheiro, sou coordenador de normatização lá no
1720 Ministério, sou responsável pela área de segurança e saúde no trabalho, então acho
1721 muito importante que essa aproximação aconteça. Então, nesse momento, gostaria de
1722 deixar as equipes do Ministério do Trabalho à disposição da equipe do Ministério do
1723 Meio Ambiente que está tratando do assunto, pois até agora só fomos convidados
1724 para participar desse evento, foi explicitado aqui que foi pedido de vistas, por isso a
1725 Resolução do CONAMA não foi aprovada, a equipe do Ministério do Trabalho está
1726 apresentando a Proposta do Plano de Emergência Individual para ser apresentada na
1727 31ª Reunião do Conselho. Então, o Ministério do Trabalho se dispõe a ajudar e tentar
1728 aprofundar essa proposta.

1729 Para concluir, gostaria, em nome do Ministério do Trabalho, de parabenizar a
1730 coordenação por estar fazendo essas reuniões do Conselho em locais onde temos
1731 problemas ambientais, tivemos Santa Catarina, essa agora, e acho essa iniciativa
1732 muito importante, de modo que gostaria de registrar a preocupação que o Ministério
1733 do Trabalho tem de participar desses eventos.

1734

1735 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1736

1737 Muito obrigado pela intervenção, peço ao Dr. Maurício Andrés que encaminhe
1738 essa sugestão ao Dr. José Carlos e ao Ministro Sarney, que são os responsáveis pela
1739 organização do CONAMA, e, principalmente, acho que a aproximação com o setor do
1740 trabalho é extremamente importante e a sua disposição de estar integrando essa
1741 comunidade ambiental é importante. Dr. Joels por favor.

1742

1743 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

1744

1745 Queria parabenizar a PETROBRAS por ter respondido a esse acidente
1746 específico e aos demais acidentes mudando sua gestão ambiental, e também do ponto
1747 de vista da minha representação institucional de ter usado tecnologias,
1748 desenvolvimento tecnológico como base do desenvolvimento sustentável, acho que
1749 está bem claro que a PETROBRAS considera que o desenvolvimento tecnológico é
1750 fundamental ao desenvolvimento sustentável, e não só nessa questão mais em outras
1751 áreas ela valoriza a questão do desenvolvimento tecnológico, e aqui foi referida a
1752 questão da exploração em águas profundas e a questão da fórmula 1, que era uma
1753 coisa que não sabia, aprendi hoje.

1754 No entanto, a PETROBRAS tem insistido muito na construção do gasoduto do
1755 Urucu como única solução para o escoamento do gás produzido no Urucu. Num
1756 debate recente que acompanhei o representante da PETROBRAS disse que a
1757 alternativa de transporte de gás por barca pelo Rio Madeira até Porto Velho foi
1758 descartada, pois não havia tecnologia desenvolvida para isso. A construção do
1759 gasoduto do Urucu representa um potencial de um desastre ambiental enorme, ele vai
1760 cortar uma área onde o desmatamento é inferior a 1%, é uma área que a construção
1761 pode levar a impactos ambientais muito grandes, morei na região, conheço bem, dizer
1762 que uma vez aberto o gasoduto poderá haver controle de ocupação humana é uma
1763 falácia, isso não vai acontecer, porque ali fica na área limite da fronteira da

1764 colonização agrícola, então as pessoas apenas esperam para ocupar a região. Então,
1765 queria entender porque a PETROBRAS não investe nessa tecnologia, porque não se
1766 torna líder mundial nessa tecnologia de transporte de gás por barcaça e possa vender
1767 tecnologia, de maneira a evitar a construção desses gasodutos que, para mim, não
1768 convence ser uma vantagem. Então, gostaria de ouvir a PETROBRAS dizer o que vai
1769 fazer para evitar um desastre dessa natureza, então queria explicações da estratégia da
1770 empresa.

1771

1772 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1773

1774 Muito obrigado Joels. Pela ordem temos o Secretário de Meio Ambiente do
1775 Estado de Santa Catarina. Por favor.

1776

1777 **João Omar Macagnan – Representante do Estado de Santa Catarina**

1778

1779 Primeiramente, queria cumprimentar a PETROBRAS pela instalação, em
1780 Santa Catarina, do Centro de Defesa Ambiental. O meu questionamento aqui é com
1781 relação aos dutos existentes no meu Estado, como todos têm conhecimento temos
1782 áreas altamente acidentadas na região de Santa Catarina, tanto em São Francisco como
1783 na própria distribuição, posteriormente saindo da Refinaria de Araucária até as
1784 Cidades de Guamirim, Itajaí e Iguaçú. Temos procurado, o Varela e o Fonseca são
1785 testemunhas, fui um dos maiores críticos quando do vazamento do Iguaçú, e temos
1786 procurado a PETROBRAS constantemente para firmarmos um convênio com um
1787 órgão ambiental, e, até o momento, não temos conseguindo o intento, muito embora
1788 reconhecemos que na semana que passou a PETROBRAS fez um convênio com uma
1789 ONG para proteção da reserva da Ilha do Arvoredo. No que diz respeito a convênios
1790 com base para termos elementos suficientes no combate que por ventura possa ocorrer
1791 num vazamento com os gasodutos existentes em razão da área acidentada, como aqui
1792 foi colocado, da possibilidade de termos deslizamentos de encosta, o que poderá
1793 ocasionar um grande aquecimento naquela região que é basicamente composta de
1794 Mata Atlântica, conseqüentemente danos e prejuízos que causam lá, então era esse o
1795 questionamento que tinha para fazer.

1796

1797 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1798

1799 Muito obrigado, em seguida temos o Professor João de Deus, representante das
1800 ONGs da Região Sul.

1801

1802 **João de Deus Medeiros – Representante das ONGs da Região Sul**

1803

1804 Gostaria, inicialmente, de dizer que a apresentação do Dr. Shelley foi bastante
1805 interessante para nós que não acompanhamos o trabalho do grupo, deu uma visão
1806 bastante ampla da problemática decorrente desse acidente. A partir dessa exposição e
1807 dados os relatórios gostaria de chamar atenção para algumas contradições que vamos
1808 encontrar, tanto no que tange a atuação da PETROBRAS quanto, fundamentalmente,
1809 permito aprofundar um pouco mais a questão das contradições nossas enquanto
1810 Estado.

1811

1812 Inicialmente, em relação à PETROBRAS é salutar e bastante promissor que
possamos ouvir da PETROBRAS esse compromisso de passar de uma empresa reativa

1813 para uma empresa pró-ativa, esperamos que isso aconteça, que nesse aspecto gostaria
1814 de ressaltar que a parceria e o trabalho integrado com os agentes da sociedade civil ela
1815 tem que ir um pouco além da imagem, o retorno da imagem que isso propicia. Até
1816 gostaria de mencionar que na assinatura desse programa que o Deputado João
1817 Macagnan mencionou, quando da solenidade de covalidação desse convênio, a própria
1818 PETROBRAS teve alguma dificuldade para manifestação do representante da
1819 entidade com quem estava assinando o convênio. Precisou do representante das
1820 entidades envolvidas fazer uma intervenção para fazer garantir essa manifestação
1821 sobre o temor infundado de que a manifestação de entidades ambientalistas pudessem
1822 riscar a imagem da PETROBRAS. Infelizmente para os representantes da
1823 PETROBRAS naquele ato se constituiu um mero coadjuvante, o convênio na
1824 realidade era importante pela parceria do IBAMA com a PETROBRAS, então, na
1825 prática, estou mencionado isso como uma crítica à comissão da PETROBRAS com
1826 intuito de chamar atenção para esse detalhe para que tenhamos, daqui para frente, uma
1827 atuação de parceria real, até como forma de podermos potencializar esses esforços
1828 para evitar problemas no futuro, já que a PETROBRAS atua, essencialmente, numa
1829 área de risco ambiental potencial, então essa soma de esforços tem que ser ampliada
1830 ao máximo, portanto, a participação e atuação de todas as entidades tem de ser de
1831 forma efetiva.

1832 Nessa questão ainda da contradição, a despeito dos vários programas
1833 ambientais que temos ouvido, que se comparassem os gastos que a PETROBRAS
1834 prioriza em termos de associação de imagem, realmente temos uma segunda grande
1835 contradição, isso também deve ser pensado enquanto estratégia da empresa, não que
1836 isso não seja importante, mas tem que haver uma reavaliação dessas prioridades,
1837 apenas para ilustrar, o próprio Dr. Shelley mencionou a observação de ter uma
1838 embarcação da Agência Executiva sem combustível para fazer licenciamento, e por
1839 outro lado temos aí carros de fórmula 1 correndo com combustível da PETROBRAS.
1840 Então, são algumas contradições que temos que ressaltar. Mas, fundamentalmente, as
1841 grandes contradições que vi são as decorrentes da própria fragilidade do sistema, isso
1842 será constatado no próprio momento que o grupo de trabalho reconhece até conflitos
1843 de competência do próprio CONAMA com as Agências Executivas. Aqui gostaria de
1844 mencionar que tem que haver por parte do Estado um compromisso mais sério no
1845 sentido de efetivar os instrumentos que dispõe para que tenhamos a efetivação desses
1846 instrumentos, seria uma questão de amadurecimento, no sentido de nós projetarmos de
1847 maneira mais clara e mais precisa as discussões.

1848 Apenas para concluir, a partir do resultado desse trabalho gostaria de ressaltar
1849 a grande importância até das sugestões encaminhadas, que o CONAMA faça essa
1850 avaliação da propriedade de se definir algumas regras em setores como o de
1851 exploração e transporte de petróleo, isso, na minha percepção, seria competência do
1852 CONAMA e, paralelamente, abrindo espaço para uma avaliação da própria
1853 organização e da própria necessidade para efetivação do SISNAMA. Acredito que se
1854 este sistema esteve estruturado não houvesse a necessidade da criação desse grupo de
1855 trabalho.

1856

1857 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1858

1859 Muito obrigado, próximo inscrito o Dr. Bertoldo representante da ABES, faço
1860 um apelo pela concisão, pois ainda temos a parte de palavra livre a cumprir.

1861

1862
1863
1864
1865
1866
1867
1868
1869
1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900
1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910

Bertoldo da Silva Costa – Representante da ABES

Para começar queria cumprimentar a todos. Inicialmente, queria parabenizar o grupo de trabalho e ao Dr. Shelley, gostaria inclusive de propor ao CONAMA pelos trabalhos que o Dr. Shelley prestou a essa casa nesses sete anos e na Câmara Técnica, que se estabelecesse um prêmio de honra ao mérito pelos trabalhos desenvolvidos, acho que merece receber nossos aplausos.

Ao Ministério do Trabalho junto ao CONAMA gostaria de reconhecer no esforço da PETROBRAS, apesar das dificuldades aqui relatadas, de tentar buscar esses parceiros num processo que existe uma cultura ainda de imagem, mas na verdade a PETROBRAS é uma empresa que, pela sua posição de estrutura econômica e caracterização do país, deve ser um exemplo não somente nacional, mas para o mundo.

Gostaria de ver mais desenvolvidas as medidas compensatórias, porque, infelizmente, a atividade fim da PETROBRAS são os postos, é uma matéria prima que vem poluindo, mas ela tem que entrar um pouco nessas ações essenciais, ações de apoio, ações ambientais, esse ano o número de acidentes ligados a essa atividade ainda são altos, então temos que caminhar um pouco mais, a PETROBRAS precisa investir um pouco mais, não somente na prevenção para diminuir o risco de acidente, porque aquela relação que aprendemos na medida de segurança, quanto maior a proteção menor o risco, mas o risco é constante. Então, era isso que queria falar.

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

Muito obrigado ao Sr. Bertoldo, não tendo mais inscritos vamos facultar a palavra ao Dr. Rui Fonseca. Queria que o senhor pudesse se ater às questões principais. O senhor sempre é bem vindo para colaboração e integração de esforços. Ainda temos uma outra seção de palavra livre, mas tenha a bondade de fazer uso da palavra.

Rui Fonseca – Gerente de SMS da PETROBRAS

Agradeço e queria iniciar exatamente dizendo que a idéia não polemizar, a idéia não é o conflito, conforme colocado aqui pelo Dr. Emílio seria na estratégia, no desafio e na sabedoria que está em como discutir, mas conseguir alcançar as soluções que a sociedade quer. Acho importante também o seguinte, sem dúvida fomos 45 anos de monopólio e a empresa cada vez mais aprende a ouvir, e cada vez mais não temos nenhuma dúvida que a crítica é construtiva, queria deixar bem claro aqui que não há um posicionamento meu, como Gerente Geral, ou da companhia, de posturas defensivas. Muito mais em nível de esclarecimento do que foi colocado aqui, sem dúvida não podemos esquecer que hoje temos uma série de resultados como referência internacional por causa dessa mesma companhia, que diversas vezes disposta, de maneira talvez, às vezes, não muito precisa, essa mesma companhia tem promovido o desenvolvimento do nosso país.

No que foi colocado aqui, tentar esclarecer, não vou entrar no detalhe de cada questão, talvez tenha colocado errado, 100% é uma meta que temos de alcançar das unidades licenciadas ou aquelas que não tiverem essa licença vamos buscar os termos de compromisso ou termos de reajuste de conduta. Não vamos entrar no mérito do que a companhia está entendendo da onde é possível termo de ajuste e conduta ou não,

1911 isso é uma discussão específica. Agora o que falei é que 70% das nossas unidades
1912 estão alcançando esse objetivo, por exemplo, todas as unidades onde temos
1913 licenciamento com ônus estadual, essas estão licenciadas ou o termo de compromisso
1914 ou o termo de ajuste de conduta foi alcançado, o único trabalho que estamos fazendo
1915 nessa linha é exclusivamente a RTBC em Cubatão. Temos uma série de dutos que
1916 hoje possuem licenciamento estadual, é uma fase de transição dentro da competência
1917 há licenciamento estadual, licenciamento federal, agora o mais importante é que não
1918 há nenhum interesse da companhia em ficar colocando dados que sejam para mascarar
1919 qualquer situação.

1920 Então, aqueles 70%, na verdade, há mais de 300 documentos que envolvem
1921 licenças, termos de compromisso ou termos de ajuste de conduta. As colocações que o
1922 Dr. Vicente fez são perfeitas, temos, inclusive, um trabalho de como alcançar esses
1923 mesmos objetivos entre o IBAMA e a PETROBRAS onde cada um tem o seu papel.

1924 Com relação às multas, a PETROBRAS tem toda a responsabilidade junto ao
1925 TCU, junto ao seu jurídico, junto aos seus investidores e nós entendemos que a prática
1926 de recursos administrativos é democrática, então, o que é importante é que muitas das
1927 vezes a competência da multa, o valor da multa, a classificação da reincidência da
1928 multa, ela tem que ser analisada pelo nosso jurídico, pois temos uma auditoria do
1929 Tribunal de Contas da União, temos investidores e temos outros projetos. Entre outros
1930 itens tivemos que esclarecer em detalhe uma peça no orçamento com relação as nossas
1931 ações no mercado internacional. Então, o que a PETROBRAS tem praticado é
1932 exatamente utilizar os recursos administrativos dentro das obrigações que ela tem para
1933 cumprir.

1934 Em algum momento aqui foi falado da necessidade de mais investimento,
1935 talvez não tenha ressaltado, mas a PETROBRAS está investindo 3,2 bilhões de reais,
1936 não existe nenhuma outra empresa de petróleo no mundo que esteja investindo algo
1937 parecido em termos de gestão especificamente. Outra coisa importante, aquelas fotos
1938 que mostramos aqui são fotos que estão acontecendo, acho que não temos dúvidas
1939 com relação a esse aspecto.

1940 Foi colocada a questão da tecnologia, sem dúvida a tecnologia sempre foi um
1941 processo da PETROBRAS que é a companhia que mais investe em tecnologia no país,
1942 1% dos seus investimentos no centro de pesquisa, como o Dr. Eli colocou dá uma
1943 linha de respostas às fontes renováveis de energia que será extremamente importante
1944 para a companhia, logicamente a companhia sempre terá o objetivo da sua
1945 rentabilidade, não vamos discutir isso.

1946 Urutu e Porto Velho, teríamos que entrar em muitos detalhes, a tecnologia
1947 existe e se chama GTL, para entrar em detalhe do EIA/RIMA e da própria análise de
1948 risco que é concedida, temos a melhor solução de hoje com relação a óleo foi um duto
1949 que tem toda a condição de garantir sua segurança operacional. Então, gostaria de
1950 colocar que foi feita a análise, e não é nem um problema de rentabilidade da
1951 companhia, seria um problema de segurança. Sem dúvida, o meio mais seguro, como
1952 falamos de meio ambiente, sempre estamos valorizando preservação da vida, e todo
1953 estudo de impacto sócio-econômico-ambiental com relação à área de segurança nos
1954 mostra que a melhor solução se reverte em duto. Agora, o que a PETROBRAS tem
1955 praticado, e tem o trabalho intenso de toda aquela comunidade com relação ao
1956 convênio na área de educação ambiental, com relação à própria parte de saúde que são
1957 estabelecidos com os próprios órgãos ambientais, às vezes com o próprio IBAMA,
1958 alguns com a Capitania dos Portos, exatamente em toda aquela região, e em diversos
1959 casos que participei, o depoimento tem sido no sentido de dizer que ainda bem que a

1960 PETROBRAS tem duto na minha comunidade.

1961 Outro aspecto citado, especificamente sobre o Estado de Santa Catarina, a
1962 PETROBRAS tem hoje um projeto com seus compromissos, as solicitações dos
1963 convênios são analisadas por uma área jurídica e por uma área de comunicação. O
1964 convênio que foi citado, na verdade, já está em análise para ser assinado desde
1965 outubro do ano passado. Então, nem sempre é tão fácil a prática de um convênio, a
1966 PETROBRAS, logicamente, se coloca à mercê do TCU, do seu jurídico, a sua área de
1967 comunicação, de modo que tenham consistência de seus compromissos e tenham,
1968 também, toda uma análise criteriosa com relação à disponibilidade de investimento
1969 para ter esses convênios. Especificamente nesse caso não vou descer a detalhes,
1970 existem convênios na área de educação ambiental, na área de promover a melhoria da
1971 relação com a própria comunidade em termos do plano de emergência, e hoje quando
1972 assume um termo de compromisso eles serão executados.

1973 A parte de uso da gasolina na Fórmula 1 é uma estratégia da empresa, e é de
1974 competência da empresa. O que de forma nenhuma obriga a empresa por ter uma das
1975 melhores gasolinas da Fórmula 1 a ter o abastecimento de qualquer tipo de instituição.
1976 Esse abastecimento pode até ocorrer em termos de convênio, quando identificamos
1977 que há toda uma convergência dentro das análises jurídicas e das análises de
1978 comunicação e, principalmente, nos resultados para empresa e para a sociedade, mas,
1979 logicamente, o fato de ter a gasolina na Fórmula 1 não gera nenhum compromisso do
1980 fornecimento para qualquer instituição interna ao país.

1981 As medidas compensatórias têm sido praticadas, fazem parte do modelo de
1982 licenciamento, só queríamos colocar que hoje a PETROBRAS é a empresa que mais
1983 investe no país, em toda a sua estrutura de convênio com órgãos federais, estaduais e
1984 outras instituições, logicamente que, quando você se propõe a um convênio, existe o
1985 trabalho de imagem da parte interessada, mas o importante para nós é o compromisso
1986 que hoje, inclusive, está sendo tornado bem claro para a sociedade quais são os
1987 compromissos da PETROBRAS com a sociedade através desses convênios. Então,
1988 muitas vezes, é muito melhor em termos de compensação a convergência através de
1989 um convênio, pode estar sendo mais transparente e trazendo, inclusive, melhores
1990 resultados para a sociedade. Então, agradeço o espaço e deixo bem claro que sempre
1991 estaremos em qualquer fórum público com os convidados, e listadas todas essas
1992 perguntas podemos fornecer depois. Temos um folder sobre todas as obras de nossas
1993 instalações na Baía de Guanabara, gostaria de fornecer esse folder, e muito obrigado
1994 pela oportunidade.

1995

1996 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1997

1998 Muito obrigado Dr. Rui. Queria, então, dar por encerrado esse expediente da
1999 reunião agradecendo a Petrobrás, ao Grupo de Trabalho, ao seu líder, o Dr. Shelley
2000 Carneiro, não está esquecida a sugestão da ABES, pelo contrário, já solicitei ao Dr.
2001 Maurício que leve ao conhecimento do Dr. José Carlos, e endossamos com muito
2002 prazer essa idéia do prêmio de honra ao mérito, mais do que merecido pelo seu
2003 trabalho e pela sua dedicação e, principalmente, pelo seu compromisso com a questão
2004 ambiental. O Dr. Maurício informa que a página da internet do CONAMA pretende
2005 colocar em exposição todos os documentos que foram colocados aqui, inclusive,
2006 aquelas partes que não foram passíveis ser mostradas, como aquela do IBAMA por
2007 falta de tempo, de forma que vocês podem ainda passar esses dados para a Secretaria
2008 Executiva do CONAMA. Com esses agradecimentos queria dar abertura ao último

2009 item da reunião que é a palavra livre, já tenho alguns inscritos e gostaria de pedir a
2010 todos que, dado o adiantado da hora, pudessem se ater a 3 minutos. Pela ordem: Drs.
2011 Guilherme Castelo, Leopoldo, Finotti e Juarez para completar algum dado que tenha
2012 faltado.

2013

2014 **Guilherme Castelo**

2015

2016 Boa tarde a todos. Quero trazer aqui ao plenário algumas lembranças que acho
2017 que a Secretaria do CONAMA deve estar presenciando, mas não quero perder a
2018 oportunidade para que essas questões não demorem para vir a plenário para discussão.
2019 Primeiro, com relação ao gasoduto do Urucu para haja uma apresentação mais
2020 detalhada do empreendimento para podermos ter mais clareza do que está sendo
2021 proposto, tanto no aspecto do empreendimento, quanto na parte de proteção e de
2022 segurança.

2023 Outra seria reivindicar, por conta de uma denúncia e uma cobrança feita no
2024 último encontro do CONAMA, quero colocar para o Dr. Vicente, relacionada à
2025 questão da invasão da fronteira brasileira no Estado do Acre, justamente na área do
2026 Parque Nacional de Serra do Divisor, em que coloquei que houvesse um pouco mais
2027 de atenção e até uma aferição dos problemas, principalmente, atenção do Ministério
2028 das Relações Exteriores, do Itamaraty e também do Ministério da Defesa quanto à
2029 situação que estamos vivendo naquela região. Madeireiros peruanos vêm invadindo a
2030 terra indígena e o Parque para retirada de madeira, quero parabenizar o IBAMA pela
2031 iniciativa tomada junto a Polícia Federal recentemente, houve uma investigação no dia
2032 20 de novembro, e constataram que existem madeiras na vizinha do Estado do Acre
2033 com território peruano, contratando índios peruanos e contratando pessoas no Brasil
2034 para facilitar a retirada da madeira, transportar em território peruano, isso de maneira
2035 muito fácil. No final, através de um encontro realizado no Conselho Estadual de Meio
2036 Ambiente, no dia 22 de novembro, saiu uma moção de apoio contra a invasão da
2037 fronteira brasileira reivindicando ação mais eficiente e mais efetiva da presença do
2038 exército e do Ministério das Relações Exteriores para combater essa situação, não
2039 somente a questão da madeira, mas isso abre caminho para presença dos
2040 narcotraficantes, que é um outro problema que estamos enfrentando, e entendemos
2041 que se isso não for feito agora no início do problema, onde temos um pouco de
2042 controle, acreditamos que do jeito que as coisas vão será pior do que está acontecendo
2043 hoje na fronteira Brasil e Colômbia, Letícia e outras regiões como Tabatinga que as
2044 coisas são muito mais sérias, então, é importante que o Ministério das Relações
2045 Exteriores, o Ministério do Exército tome iniciativa de tentar conduzir uma ação com
2046 o Governo Peruano para controlar essas fronteiras. Uma das coisas seria demarcar os
2047 marcos já existentes da fronteira, que possam reavivar esse marco para evitar que se
2048 diga que do lado de lá ainda é Peru e do lado de cá ainda é Brasil, então o
2049 reavivamento dos marcos é um mecanismo prático que pode auxiliar no controle da
2050 presença desses peruanos no Território Brasileiro. Finalizando, quero lembrar a
2051 necessidade de reativarmos a comissão que discute a questão da sobreposição de
2052 unidades de conservação em terras indígenas, isso é fundamental porque temos várias
2053 unidades de preservação no país com esse problema, e não podemos deixar isso
2054 passar. São quase 7 meses e ainda não conseguimos avançar na discussão sobre esse
2055 assunto. Muito obrigado.

2056

2057 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2058

2059 Muito obrigado, dando informações rápidas: o Ministério do Meio Ambiente
2060 já solicitou informações ao Ministério da Defesa para que seja instalado pelo menos
2061 um dos postos de fronteira, que consta do plano de manejo, do Parque do Divisor e
2062 impacto da terra. Também foi realizada uma reunião da Câmara Técnica de
2063 Ecossistemas e que tratou da questão de superposição de terras indígenas e áreas
2064 protegidas esperamos que esse trabalho esteja em pleno desenvolvimento. Por favor
2065 Dr. Leopoldo Brandão.

2066

2067 **Leopoldo Garcia Brandão – Representante da CNC**

2068

2069 Componentes da mesa, senhoras e senhores. Queria fazer algumas reflexões,
2070 uma muito triste, é um problema crônico do CONAMA, e não sei se irá melhorar no
2071 próximo período, que é o problema de *quorum*, acho extremamente desconfortável um
2072 órgão dessa natureza não ter presente a metade mais um dos seus membros, acho que
2073 temos que ter a coragem moral, respeitosa de solicitar àqueles representantes que não
2074 possam comparecer que solicitem sua substituição por outra pessoa que possa estar
2075 presente. É muito empobrecedor na nossa legitimidade o fato de não termos *quorum*.

2076 A minha reflexão é que gostaria de dizer que sou de uma geração que lutou nas
2077 ruas pela PETROBRAS, e de uma geração que se orgulha de ter uma empresa
2078 brasileira que atingiu 75% dos problemas de petróleo no país.

2079 Mas minha reflexão é que a PETROBRAS tem se anunciado como uma
2080 empresa produtora de energias, queria acentuar esse “s”, quer dizer múltiplas energias,
2081 e gostaria de ver o esforço da PETROBRAS nessas diferentes fontes de energias
2082 alternativas. Mesmo porque, esperamos que o petróleo acabe sem muita demora, e que
2083 seja substituído por uma coisa despoluidora. Teve um desses primos do Bin Laden
2084 que anunciou que o petróleo iria acabar, e subiu de 2 dólares para 20 o barril. Mas
2085 esse é um problema financeiro, que não é o mais relevante, o mais relevante é que se
2086 trata de um produto extremamente poluidor, e ainda não se conseguiu que o petróleo
2087 fosse menos poluidor.

2088 No caso brasileiro, temos a matriz energética de energia limpa, mas temos uma
2089 matriz de petróleo das piores do mundo. É um país desse tamanho sobre rodas, 70%
2090 do transporte do Brasil está apoiado no petróleo, temos que mexer na matriz de
2091 transporte para poder reduzir a gravidade ambiental de nosso sistema econômico. A
2092 PETROBRAS que agora se define como uma empresa de energia, agora eu queria ver
2093 a energia, que por favor a capacidade da PETROBRAS é muito maior do que a que
2094 estamos vendo, sabemos que ela tem um quadro extremamente importante, tem
2095 equipamentos, tem recursos, tem competência de rentabilidade, de modo que poderia
2096 destinar uma parcela desta rentabilidade para investir mais no esforço de tornar as
2097 energias que o Brasil tem muitas, temos eólica, solar, biomassa, movimentos das
2098 marés e “n” energias que ainda estão para ser descobertas. De modo que precisamos
2099 da participação da PETROBRAS no desenvolvimento da fase que estiver hoje até a
2100 fase de estágio operacional, para que ela seja uma empresa de energia que abasteça
2101 suas necessidades, tem que ser uma empresa rentável, porque do contrário irá falir,
2102 mas tem que ampliar sua visão estratégica. Dado o adiantado da hora queria dizer que,
2103 apesar da falta de *quorum*, foi uma reunião do CONAMA que ajudou a construir o
2104 futuro do país.

2105

2106 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2107

2108 Muito obrigado Dr. Leopoldo, passo a palavra ao Sr. Francisco Soares
2109 representando as organizações não governamentais da região Nordeste e, em seguida,
2110 ao Conselheiro Finotti.

2111

2112 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

2113

2114 Gostaria de ressaltar aqui à PETROBRAS, enfatizar que seja criado, o mais
2115 breve possível, um grupo de trabalho que vai atuar em toda a área de risco, é uma das
2116 propostas que constam do relatório, a composição foi sugerida no documento, então
2117 que se crie esse grupo o mais rápido possível.

2118 A outra coisa que gostaria de externar seria a nossa preocupação com a
2119 população da área de risco de Madre de Deus. Há informações de que seriam 1000
2120 famílias que estariam nessa área, e parece que só 400 estariam sendo retiradas. Ao
2121 mesmo tempo, gostaria de parabenizar ao Dr. José Pedro que conduziu bem essa
2122 reunião, por considerar que o CONAMA, além de ser Secretário de Biodiversidade, de
2123 ver nas palavras do nobre Conselheiro, da importância desse Conselho em trazer a
2124 discussão de uma questão tão importante para o país, a questão da PETROBRAS, a
2125 questão da poluição, dizer que, realmente, o alinhamento, e gostaria de que fosse
2126 colocado, queria enfatizar, e que conste da ata que o grande mentor e presidente desse
2127 colegiado tem se mostrado ausente em quase todas as reuniões do ano de 2001, que é
2128 o Ministro Sarney Filho, gostaria de ter a presença do Ministro para prestigiar uma
2129 discussão que vai referendar grandes decisões para o controle da poluição da Baía de
2130 Guanabara, e deixar um convite ao Ministro para que no dia 12 de dezembro ele
2131 compareça a essa reunião tão importante, e com isso acredito que vai fortalecer e
2132 implementar o esvaziamento. Considerando que o Dr. José Pedro que aqui está
2133 fazendo conta do recado, e conduzindo muito bem esse colegiado, mas a presença do
2134 Ministro seria importante para o encaminhamento de inúmeras propostas no plenário.

2135

2136 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2137

2138 Muito obrigado ao Dr. Francisco, antes de passar a palavra ao Dr. Finotti quero
2139 lhe cumprimentar e agradecer a bondade dos elogios, mas justificar que o Ministro
2140 estava marcado de estar aqui, pelo menos para encerrar essa reunião, mas como disse
2141 no início da reunião ele está com problema de saúde. Não discordando em nada, nem
2142 um milímetro da sua consideração, queria lembrar que, apesar de o Senhor Ministro
2143 ter de se ausentar, não diminui a importância desta reunião. Acho que temos que fazer
2144 com que o CONAMA avance. Estive numa reunião de ontem da Fundação Onda Azul
2145 e citei a frase de uma carioca famosa, Leila Diniz, que é uma das líderes do
2146 movimento de defesa das mulheres, e disse uma frase belíssima: “o mar é de quem o
2147 sabe amar”, então, queria estender essa frase, independente de não termos *quorum*,
2148 realizamos uma das reuniões mais importantes do CONAMA. Com a palavra o Dr.
2149 Finotti, representante das entidades ambientalistas da Região Sudeste.

2150

2151 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2152

2153 Queira ver, Dr. Leopoldo, se tivéssemos um jetom dado no final da reunião se
2154 não teríamos *quorum*, infelizmente, não é possível e, particularmente, o daria a
2155 entidade, qualquer que seja não ambiental.

2156 Quero, em primeiro lugar, em nome do Dr. Benjamin que é o atual Presidente
2157 da Câmara Técnica de Controle Ambiental, que por ter sofrido uma cirurgia essa
2158 semana não pode estar presente aqui, cumprimentar o Dr. Shelley e cumprimentar o
2159 Coronel Sarkis, ambos que participaram durante um bom tempo na Câmara, e agora
2160 sobrou esse patrimônio da Câmara, que sou eu, acho que sou o último do trio parada
2161 dura. Shelley, parabéns pelo trabalho, Sarkis muito obrigado pelo compromisso que
2162 você tem de transmitir uma série de assuntos pela internet, os tenho lido todos.

2163 Senhoras e senhores a PETROBRAS, através do Rui, levantou aqui uma
2164 posição que é uma antiga solicitação desse conselheiro a respeito dos diques de
2165 contenção na Serra do Mar, acho que o trabalho está sendo feito, muito mais no
2166 aspecto ambiental, mas também no aspecto do nível de segurança, na medida que
2167 passam duas rodovias próximas, e temos um dos maiores fluxos rodoviários desse
2168 país. Então, isso foi muito importante, é uma solicitação que faço a PETROBRAS
2169 muito antes de ser Conselheiro do CONAMA.

2170 Finalmente, queria colocar aqui um aspecto que foi colocado pelo Conselheiro
2171 Leopoldo, acredito que nós estamos nesse século com uma posição muito séria a
2172 respeito das energias, Dr. Leopoldo, e a PETROBRAS pode começar a desenvolver
2173 esse trabalho de forma mais agressiva para que tenhamos um processo alternativo.

2174 Senhoras e senhores, quero com isso terminar e prometo não falar mais, muito
2175 obrigado Senhor Presidente.

2176

2177 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2178

2179 Muito obrigado. Temos o Dr. César Victor que representa as ONGs da Região
2180 Centro Oeste.

2181

2182 **César Victor do Espírito Santo – Representante da Região Centro-Oeste**

2183

2184 Lá em Brasília e nas regiões do entorno estamos em eminência de ter uma
2185 nova área de proteção ambiental, a qual estamos apoiando, e gostaríamos de ressaltar a
2186 importância desse ato, e gostaria que isso ficasse registrado porque ainda há uma
2187 polêmica do Governo do Distrito Federal sobre a criação dessa APA. Aachamos
2188 importante, vai pegar cerca de 70% no território do Distrito Federal fora alguma coisa
2189 no Estado de Goiás, achamos muito importante, porém não adianta criar a APA da
2190 maneira que existem outras APAs por aí, achamos que o IBAMA tem que ser
2191 reforçado, deve ser fortalecido o IBAMA em Brasília, a regional de Brasília está
2192 precisando de reforço e precisa ter gente para trabalhar. Vocês que moram em outros
2193 estados e, eventualmente, vão à Brasília já chegam no aeroporto e vão até o local da
2194 reunião, vocês não conhecem o que acontece em Brasília que hoje está sendo
2195 totalmente degradada, sua ocupação está sendo feita de forma desordenada, e nós
2196 como brasileiros que, vivendo ou não em Brasília, temos a obrigação de lutar pela
2197 preservação do patrimônio que lá está. O governo federal não está tendo uma atuação
2198 forte, então esse seria o momento para reverter isso, o governo federal está assistindo
2199 o que está ocorrendo em Brasília, uma ocupação totalmente desordenada e
2200 equivocada, e a participação do governo federal é de não participar, apesar de ter uma
2201 obrigação de zelar pela capital, talvez essa APA e mais um pedido de fortalecimento
2202 do IBAMA pode começar e resolver esse problema.

2203 O outro aspecto que ressalto, também sobre o IBAMA, seria sobre a Floresta
2204 Nacional de Brasília que foi criada há dois anos atrás, ela está completamente

2205 invadida em uma de suas áreas, e por falta de fortalecimento do órgão, e por uma
2206 definição de importância, a Floresta Nacional não está saindo do papel, apesar de uma
2207 ação civil das ONGs contra o IBAMA e contra o GDF para que essa zona cumpra com
2208 o seu papel. Então queria ressaltar a importância dessa APA, e que ela cumpra com o
2209 seu papel e que possa fortalecer o IBAMA.

2210

2211 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2212

2213 Muito obrigado, consulto se alguém ainda deseja fazer uso da palavra. A Dra.
2214 Jane Azevedo representante da Secretaria de Comunicação da Presidência da
2215 República.

2216

2217 **Jane Carol Azevedo – Representante da Secretaria de Estado de**
2218 **Comunicação do Governo**

2219

2220 Gostaria apenas de pedir um minuto para a representante da ANAMMA que
2221 está querendo fazer uma comunicação que parece relevante, e ela prometeu que será o
2222 mais objetiva possível.

2223

2224 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2225

2226 O Plenário teria alguma objeção. Não havendo, por gentileza. Dra. Silvana.

2227

2228 **Silvana do Monte Lima – Representante da ANAMMA**

2229

2230 Boa tarde a todos. Como representante da ANAMMA e Presidente da Câmara
2231 Técnica de Educação Ambiental gostaria de fazer aqui uma solicitação ao Sr. Ministro
2232 José Sarney, Presidente desse Conselho, no sentido de que seja envidados esforços
2233 junto à Presidência da República para a publicação do Decreto Regulamentador da Lei
2234 de Política Nacional do Meio Ambiente, que foi elaborada pela Câmara Técnica
2235 Ambiental do CONAMA, já foi ratificada pelo Conselho Nacional de Educação, e já
2236 tem parecer favorável da Assessoria Jurídica do Ministério, e não estamos
2237 conseguindo entender o porquê dessa demora. Para que a Lei seja aplicada é preciso
2238 que esse Decreto seja publicado. Muito obrigada.

2239

2240 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2241

2242 Muito obrigado à Dr. Jane e à Dra. Silvana. Passo a palavra ao representante
2243 da Casa Civil da Presidência da República.

2244

2245 **Clóvis - Representante da Casa Civil da Presidência da República**

2246

2247 Boa tarde, senhoras e senhores. Em primeiro lugar, gostaria de confirmar o
2248 parecer da Casa Civil e do Governo Federal quanto a criação da APA de Brasília e
2249 entorno, essa idéia surgiu dentro da Casa Civil, tendo em vista a ocupação
2250 desordenada da região que estava trazendo grandes prejuízos para aquela região,
2251 então, somente a título de esclarecimento, o governo federal está participando, até
2252 mesmo junto com o Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, e apoiando esse
2253 trabalho. Muito obrigado, só queria fazer o esclarecimento desses dados.

2254

2255

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

2256

2257

2258

2259

2260

2261

2262

2263

2264

2265

2266

Obrigado, excelente notícia que a Casa Civil nos dá confirmando uma série de informações que o Dr. César Victor já tinha colocado aqui. Não havendo mais inscritos, cabe-me a honra de encerrar e agradecer aos nossos anfitriões de honra da Escola Superior de Guerra, ao Coronel Sarkis e ao Almirante Câmara. Agradecer a todos os senhores, em especial ao pessoal da PETROBRAS, e ao Grupo de Trabalho que tratou desses assuntos. Solicito ao Dr. Maurício Andrés a levar essas resoluções e solicitações ao conhecimento do Senhor Secretário-Executivo que estará na qualidade de Ministro interino na semana que vem, e lembrando aos senhores a reunião do dia 12 de dezembro, conforme dito pelo Sr. Francisco Soares, é uma reunião significativa e contamos com a presença de todos os senhores e das senhoras. Muito obrigado.